

ÁGUAS DO LENA, S.A.  
**RELATÓRIO E CONTAS**  
**2014**



## ÍNDICE

<b>Síntese de Dados/Indicadores</b>	<b>1</b>
<b>Mensagem do Presidente</b>	<b>3</b>
<b>Apresentação da Empresa</b>	<b>4</b>
Breve Historial	4
Estrutura Acionista	5
Orgãos Sociais	5
<b>Missão e Posicionamento Estratégico</b>	<b>6</b>
Missão	6
Visão	6
Valores	6
Objetivos Estratégicos	6
<b>Síntese de Atividade em 2014</b>	<b>8</b>
Envolvente Exterior	8
Enquadramento Macroeconómico	8
Enquadramento do Setor	10
Enquadramento Local	13
Regulação	14
<b>Estrutura Organizacional</b>	<b>15</b>
Organograma	15
Competências	16
Recursos Humanos	17
Regras Societárias	18
<b>Principais Acontecimentos em 2014</b>	<b>19</b>
Desempenho da Empresa	20
<b>Análise Económico Financeira</b>	<b>30</b>
Análise Gastos e Rendimentos	30
Análise do Balanço	32
Indicadores	33
Investimentos	33
<b>Perspetivas para o Futuro</b>	<b>34</b>
<b>Considerações Finais</b>	<b>35</b>
<b>Outras Informações</b>	<b>36</b>
<b>Proposta de Aplicação de Resultados</b>	<b>37</b>
<hr/>	
<b>Contas do Exercício de 2014 e Respetivo Anexo</b>	<b>38</b>
Balanço	
Demonstração dos Resultados por Natureza	
Demonstração das alterações no Capital Próprio	
Demonstração dos Fluxos de Caixa	
Anexo às Demonstrações Financeiras	
Relatório e Parecer do Fiscal Único	
Certificação Legal das Contas	

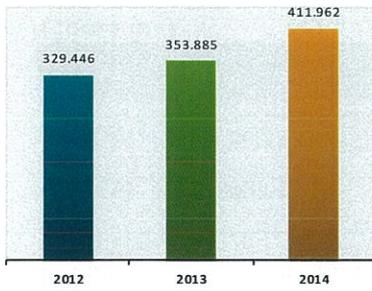


## SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

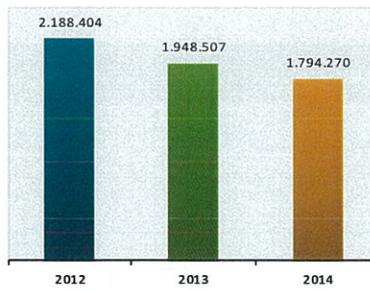
Síntese de Dados / Indicadores	(em euros)		
	2012	2013	2014
Capital Social (€)	625.000	625.000	625.000
Capital Próprio (€)	329.446	353.885	411.962
Ativo Líquido Total (€)	2.188.404	1.948.507	1.794.270
Investimento (€)	82.021	124.156	79.081
Volume de Negócios (€)	1.054.456	1.057.377	1.018.486
EBITDA Ajustado ( <i>Cash Flow</i> Operacional) (€)	185.275	205.978	192.709
EBIT (Resultado Operacional) (€)	92.516	123.755	103.309
Resultados Antes de Impostos (€)	3.720	29.724	66.358
Resultado Líquido do Exercício (€)	143	24.439	58.077
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	0,04%	6,91%	14,10%
Rentabilidade do Ativo (%)	0,01%	1,25%	3,24%
Autonomia Financeira (%)	15,05%	18,16%	22,96%
Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	13	13	13
Nº de Clientes	7.712	7.713	7.702
Nº de Municípios Abastecidos	1	1	1
Área Geográfica Abrangida (Km2)	100	100	100
População Residente na Área Abrangida	15.805	15.805	15.805
População Servida	15.125	15.647	15.647
Volume de Água Disponível ( $10^3 \text{ m}^3$ ) (I)	1.369	1.206	1.078
Volume de Água Vendida ( $10^3 \text{ m}^3$ )	979	897	841

(I) Produzida + Comprada. Em 2014 a água comprada corresponde a 26,6% da água disponível

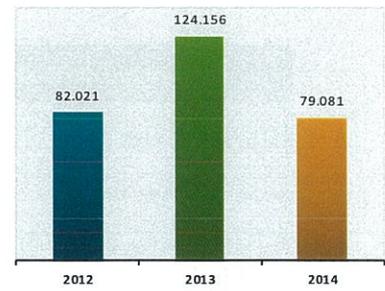
Capital Próprio (€)



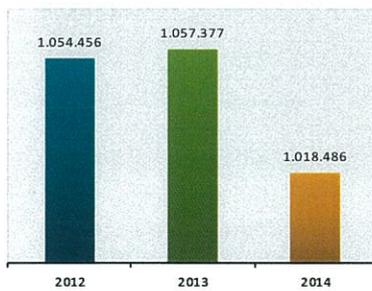
Ativo Líquido Total (€)



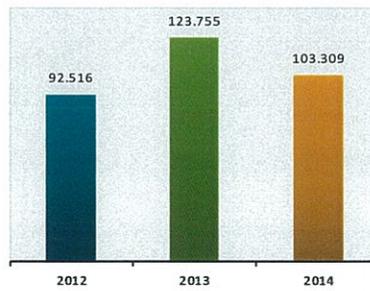
Investimento (€)



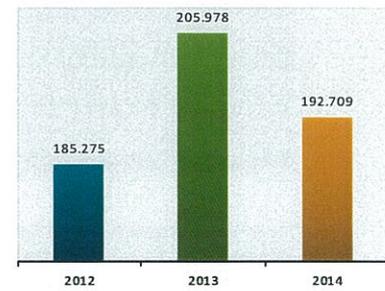
Volume de Negócios (€)



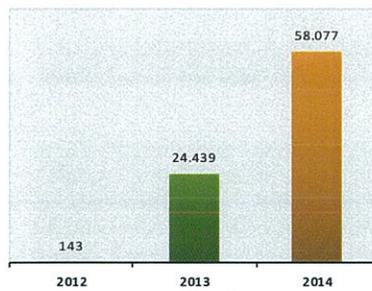
EBIT (Resultado Operacional) (€)



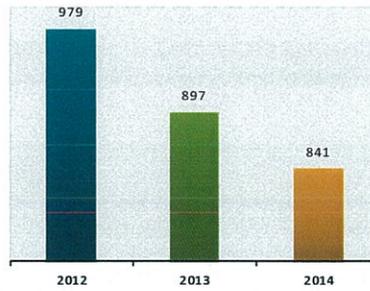
EBITDA Ajustado (Cash Flow Operacional) (€)



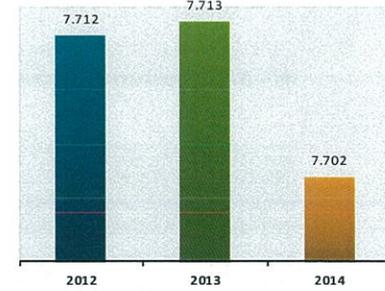
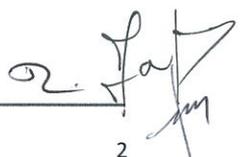
Resultado Líquido do Exercício (€)



Volume de Água Vendida (x1000 m<sup>3</sup>)



Nº de Clientes

## MENSAGEM DO PRESIDENTE

A concessão da Águas do Lena teve duas fases diferentes da sua vida. Até 2010 a concessão sofreu grandes dificuldades marcadas por um profundo desequilíbrio económico-financeiro e por sérios problemas operacionais.

Mas em finais de 2010 foi restabelecido o equilíbrio da concessão e a melhoria da performance técnica, operacional e económica foram, desde logo, visíveis.

De facto, em 2010 as perdas de água estavam nos 43,3%. Entre 2011 e 2014 as perdas de água reduziram consistentemente, atingindo o valor mínimo histórico de 22% em 2014.

Também a atestar a boa performance e eficiência da empresa, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) atribuiu - pelo segundo ano consecutivo - o selo da qualidade exemplar da água para consumo humano à Águas do Lena. Além deste prémio, que muito nos orgulha, a ERSAR atribuiu, pela primeira vez em Portugal, o selo de Qualidade do Serviço de Abastecimento Público de Água somente a 17 Entidades Gestoras, sendo a Águas do Lena uma das empresas contempladas.

Quanto à performance económica e financeira, a empresa gerou, no ano de 2014, um Resultado Líquido positivo de 58.077 euros. No entanto, os Resultados Transitados da sociedade mantêm-se negativos em 2.841.972 euros, e não se prevê que aquele valor possa ser recuperado até ao final da concessão.

Aliás, a redução de consumos e de clientes levam a prever que a saúde financeira da empresa não venha a melhorar muito no futuro.

Quanto aos objetivos para 2015, a Águas do Lena procurará implementar as tarifas sociais e de grandes famílias e ajustar os escalões de consumos às recomendações preconizadas pela ERSAR, através da obtenção de um acordo (e respetivo aditamento ao contrato de concessão) com a Câmara Municipal da Batalha. Além disso, a empresa vai concentrar-se em manter/melhorar a qualidade do serviço prestado aos Municípios e continuar o esforço de redução das perdas de água, mantendo uma qualidade da água nos padrões atuais.

O Presidente do Conselho de Administração



Diogo Faria de Oliveira

## APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

### BREVE HISTORIAL

A Águas do Lena, S.A. foi constituída em 1996 na sequência do Concurso Público Internacional para a Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água para Consumo Público do Concelho da Batalha. A concessão teve início em 24 de janeiro de 1997, data da assinatura do contrato de concessão por um período de vigência de 15 anos.

No dia 29/12/2010 concretizou-se a renovação do contrato de “Concessão da Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água do Concelho da Batalha” por mais 8 anos a contar do dia seguinte ao término do período do contrato inicial (23/01/2012) de concessão ou seja decorrerá até ao dia 23/01/2020.

Desde o início da concessão a Águas do Lena, S.A. tem vindo a cumprir integralmente as suas obrigações decorrentes deste contrato, no interesse e satisfação do Concedente, da Câmara Municipal da Batalha, e dos Municípes a quem presta a seu serviço.

A empresa **Águas do Lena S.A.** foi constituída em 15 de Novembro de 1996, com um capital de 625.000€, actualmente detido na sua totalidade, pela **AQUAPOR**, em resultado da adjudicação do concurso público internacional para a: “Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento, e Distribuição de Água para Consumo Público do Concelho da Batalha”, tendo o contrato de concessão sido assinado em 24 de Janeiro de 1997, por um período de 15 anos.

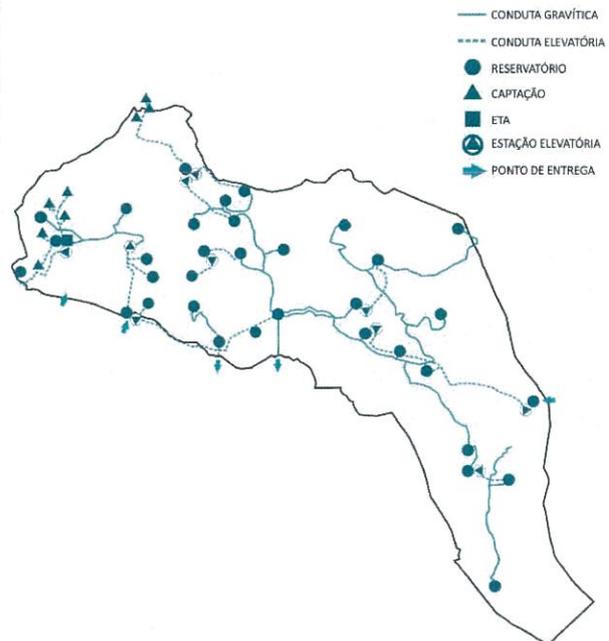


Municípios Abrangidos  
**Batalha**

População Abrangida  
**16 mil habitantes**

Taxa de Atendimento  
**96% da população**

Principais Infraestruturas  
**8 Captações próprias**  
**2 Pontos de Entrega (compra)**  
**2 Pontos de Entrega (venda)**  
**9 Estações Elevatórias**  
**34 Reservatórios (5.725 m³)**  
**213 km de rede**



## Estrutura Acionista

A Águas do Lena é uma empresa com um capital de 625.000 euros, detida a 100% pela Aquapor – Serviços, S.A.

A empresa está inscrita na Conservatória do Registo Comercial da Batalha com o NIP 503778559 e tem sede em Lote 10 Célula B – 2440 Batalha.

## Órgãos Sociais

### ▪ Mesa da Assembleia Geral:

Sr. Gaspar Barbosa Borges – Presidente;  
Dr.ª Susana Daniela Simões Braga – Secretário.

### ▪ Conselho de Administração:

Eng. Diogo Manuel Mena Faria de Oliveira – Presidente;  
Dr. José António Ferreira dos Santos – Vogal;  
Dr. Joaquim de Jesus Carmo Gomes – Vogal.

### ▪ Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único: Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. representado por  
Dr. Paulo Jorge Luís da Silva  
Suplente do Fiscal Único: Dr. Ricardo Filipe de Frias Pinheiro.

## MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

### MISSÃO

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água de forma eficiente, garantindo a quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

### VISÃO

Representar a Aquapor na região, dando à marca Águas do Lena uma conotação de prestígio, confiança e preservação ambiental.

Ser uma empresa que transmita confiança aos seus Clientes na qualidade de água fornecida e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

### VALORES

A Águas do Lena pretende manter uma cultura própria - transversal ao grupo Aquapor - através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo;
- Espírito de Equipa;
- Criação de valor;
- Respeito pelo ambiente;
- Responsabilidade Social;
- Estabilidade e Qualidade no Serviço.

### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

#### Global

- Garantir a satisfação de todos os stakeholders;
- Concedente: cumprimento integral do contrato e manter o relacionamento institucional;
- Clientes: garantir o fornecimento do produto “ água” em qualidade e quantidade;
- Fornecedores: garantir boas relações comerciais e institucionais;

- Colaboradores: garantir a implementação da cultura da empresa;
- Estado: cumprir com toda a legislação e regulação da atividade do negócio;
- Acionista: garantir resultado líquido satisfazendo o investimento.

### Recursos Humanos

- Motivar, envolver e dinamizar cada colaborador na concretização de um projeto que é de todos;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação;
- Assegurar o cumprimento do regulamento de Prevenção e Controlo de problemas relacionados com o consumo excessivo de álcool;
- Promover e implementar boas práticas a nível da segurança e saúde no trabalho, assegurando o cumprimento da legislação em vigor;
- Desenvolver uma cultura de mérito nos colaboradores, através de um sistema de avaliação de desempenho, que potencia a sua responsabilização nos resultados obtidos, através de objetivos alinhados com os objetivos estratégicos da empresa.

### Área Técnica

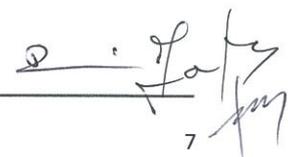
- Melhorar as condições de distribuição de água ao Concelho, com investimentos ao nível do Sistema de Abastecimento;
- Garantir a adequada qualidade da água distribuída;
- Reduzir o número de consumos ilegais;
- Reduzir as perdas na rede de água;
- Aumentar a eficiência hídrica e energética;
- Manter o selo da qualidade exemplar da água para consumo humano;
- Manter o selo da qualidade do serviço de abastecimento público de água.

### Área Comercial

- Promover a excelência na qualidade dos serviços prestados aos clientes finais e ao Município da Batalha;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado;
- Aumentar a confiança dos clientes nos serviços assegurados pela empresa.

### Área Financeira

- Maximizar a criação do valor;
- Maximizar os rendimentos operacionais;
- Otimizar os custos da estrutura;
- Minimizar os custos operacionais;
- Maximizar a liquidez da empresa.



## SINTESE DE ATIVIDADE EM 2014

### ENVOLVENTE EXTERIOR

#### ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

##### Geral

O ano de 2014 ficou marcado por uma recuperação moderada do crescimento global, para o qual contribuiu a política monetária na área do euro, com sinais positivos extensíveis a todas as principais economias. A Zona Euro beneficiou da manutenção dos juros de referência em níveis baixos por um período de tempo prolongado. A Euribor a 3 meses manteve-se estável no período, terminado o ano em torno de 0,08%.

Em Dezembro, o **Conselho do Banco Central Europeu (BCE)** decidiu manter a taxa das operações principais de refinanciamento em 0,05% e as taxas das facilidades de depósito e de cedência de liquidez em -0,20% e 0,30% respetivamente.

Até Dezembro de 2014 a Euribor 3M desceu 0,21 p.p e a Euribor 6M desceu 0,22 p.p face a Dezembro de 2013.

A evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte, de acordo com a informação difundida pelo Banco de Portugal (valores no fim do período):

	2012	2013	2014
<b>Euribor 1M</b>	0,11%	0,22%	0,02%
<b>Euribor 3M</b>	0,19%	0,29%	0,08%
<b>Euribor 6M</b>	0,32%	0,39%	0,17%
<b>Euribor 12M</b>	0,54%	0,56%	0,33%

Fonte: Banco de Portugal (valores de fim de período)

Ao longo de 2014 o **preço internacional do petróleo** manteve a tendência de queda acentuada tendo registado uma redução de 39% face ao ano anterior, fixando-se nos 59,75 dólares/barril, consequência de políticas de eficiência energética e aumento significativo da produção por parte de países fora da OPEP (Estados Unidos e Canadá).

O **preço do gasóleo** rodoviário registou uma redução de cerca de 18% face a 2013, terminado o ano em 0,59 euros/litro.

## Portugal

O ano de 2014 reflete a continuação do processo de ajustamento gradual dos desequilíbrios macroeconómicos enquadrado pelo Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF);

No terceiro trimestre de 2014, o PIB aumenta 1,1% em volume, face a 2013. O contributo positivo da procura interna foi de 1,9 p.p, refletindo sobretudo a evolução do investimento e do consumo privado, o qual superou o contributo negativo de -0,9 p.p, da procura externa líquida.

O consumo privado registou uma subida de 2,7% e o consumo público registou uma quebra de 0,1%, consequência de uma recuperação continuada da confiança dos consumidores em 2014 superior à média dos últimos anos.

Em 2014, o **Índice de Preços no Consumidor (IPC)** registou uma variação média anual de -0,3%, -0,6 p.p do que em 2013.

A taxa de variação média anual **do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC)** situou-se em -0,2%, -0,6 p.p do que em 2013.

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

	Taxa de Variação Anual		
	2012	2013	2014
PIB	(3,2%)	(1,4%)	0,9%
IPC*	2,8%	0,3%	(0,3%)
IHPC	2,8%	0,4%	(0,2%)
Desemprego	15,7%	16,2%	13,9%
Consumo Privado	(5,3%)	(1,4%)	2,1%
Consumo Público*	(4,7%)	(1,9%)	(0,1%)
Exportações *	3,2%	6,4%	2,9%
Importações *	(6,6%)	3,6%	5,3%

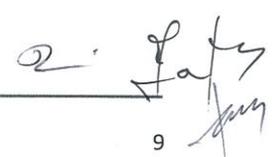
Fonte: Banco de Portugal e INE

\* Dados 3 Trimestre de 2014

A taxa média de **desemprego** em 2014 ascendeu a 13,9%, menos 2,3 p.p do que no período homólogo.

Relativamente ao **comércio internacional**, e de acordo com a informação divulgada pelo INE, verifica-se uma desaceleração das exportações e um crescimento das importações em relação ao ano anterior.

Em Novembro as exportações registaram um crescimento real de 2,9% (6,4% em 2013) e as importações de 5,3% (3,6% em 2013).



A evolução das tarifas de **energia elétrica** de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra um aumento em todos os níveis:

	2012	2013	2014
<b>Média Tensão</b>	144	149	155
<b>Baixa Tensão Especial</b>	156	162	169
<b>Baixa Tensão Normal</b>	134	138	142

Fonte: ERSE; Em 2013 todos os preços apresentados correspondem a tarifas transitórias

As atuais projeções macroeconómicas apontam para uma gradual recuperação da economia portuguesa nos próximos anos, ligeiramente acima do crescimento esperado para a área do Euro. A dinâmica da economia portuguesa deverá continuar a ser maioritariamente assegurada pelo desempenho das exportações, a par de uma recuperação da procura interna, que será compatível com a manutenção de excedentes na balança corrente e de capital.

Este potencial de crescimento previsto para a economia portuguesa é relativamente limitado. De facto, a desalavancagem dos sectores públicos e privado, os desenvolvimentos demográficos, os limitados níveis de capital produtivo por trabalhador e o baixo dinamismo previsto para os principais parceiros comerciais continuaram a condicionar o potencial de crescimento da economia portuguesa no futuro.

## ENQUADRAMENTO DO SETOR 2014

O problema da acessibilidade do serviço continua a marcar a agenda mundial, constituindo especial preocupação das Nações Unidas, Organização Mundial de Saúde e ONGs.

De acordo com a ONU e a OMS, na Europa, a fraca qualidade da água é apontada como a causa de 13.000 mortes/ano por diarreia entre crianças dos 0-14 anos (5,3% de todas as mortes daquele grupo etário). E 19 milhões de pessoas ainda não têm acesso a água com condições para consumo humano e 64 milhões não dispõem de acesso a infraestruturas de saneamento de águas residuais.

### Portugal – Enquadramento legislativo

Durante o segundo semestre de 2013 e todo o ano de 2014, o Governo Português publicou um conjunto de diplomas e planos estratégicos que se constituem como o enquadramento legal e institucional para uma mudança que já peca por não ter acontecido há longos anos: a reestruturação de um setor com fortes desequilíbrios económico-financeiros.

Efetivamente, durante 2013 foram aprovados e publicados dois importantes diplomas: a Lei n.º 35/2013, de 11 de Junho, que altera a chamada **Lei de Delimitação de Sectores**, e um mês depois, o Decreto-Lei n.º 92/2013, que procede à revisão do decreto-lei 379/93, ou, dito de outra forma, revoga o 379/93 e cria o novo regime jurídico de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais.

Nestes dois diplomas, pode ler-se na exposição dos motivos que, a linha de atuação projetada pelo Governo assenta:

- na promoção do equilíbrio tarifário,
- na resolução dos défices tarifários,
- na implementação de estratégias de integração vertical dos sistemas municipais,
- e na agregação dos sistemas multimunicipais existentes em sistemas novos de maior dimensão.

Concretamente na alteração da Lei de Delimitação de Sectores, o Governo considerou que o regime jurídico era especialmente limitativo no acesso da iniciativa privada à gestão de sistemas multimunicipais, e assim, a estratégia definida de maior abertura do subsetor da água aos privados concretiza-se através da possibilidade das atuais concessionárias dos sistemas multimunicipais poderem subconcessionar tais atividades a privados.

Mas o Estado mantém a natureza pública dos sistemas multimunicipais, bem como os poderes de direção, autorização, aprovação, fiscalização e suspensão dos respetivos atos.

Já em 2014, foram publicados os novos **Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos**, através da Lei nº 10/2014, de 6 de Março. A ERSAR passou a ser uma entidade administrativa independente, com funções de regulação e de supervisão, dotada de autonomia de gestão e que tem por missão a regulação e a supervisão dos setores dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos. Realce-se pela positiva que a ERSAR é a partir de agora independente, não se encontrando sujeita a superintendência ou tutela governamental.

Foram também publicados a Lei nº 12/2014, de 6 de Março, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, e o Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho, ambos conhecidos como “**Lei da Fatura Detalhada**”.

Ainda durante o ano de 2014 o Governo elaborou o **Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR 2020)**, mas que, à presente data, ainda não foi aprovado.

Relativamente à **área dos resíduos**, este ano de 2014 foi talvez o mais rico em mudanças da última década. Efetivamente, as profundas alterações legislativas, (foram publicados 37 diplomas legais e regulamentares), o PERSU 2020, a privatização da EGF, a alteração do Estatuto do Regulador, a criação dos Regulamentos Tarifários e também o Compromisso para o Crescimento Verde e a Fiscalidade Verde, constituem uma verdadeira reforma do setor dos resíduos. Note-se que, à data de elaboração deste relatório de gestão, o processo de privatização da EGF ainda não está concluído.

#### **Portugal - Atividade do Setor 2014**

O universo das entidades gestoras em Portugal é de 385, com 274 entidades com atividade de abastecimento público de água, 283 entidades com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 281 entidades com atividade de gestão de resíduos urbanos.

De acordo com a ERSAR (RASARP 2013) a **acessibilidade do serviço** de abastecimento de água em baixa é boa para o território continental. Quanto ao saneamento, é boa nas áreas predominantemente urbanas e mediana nas áreas predominantemente rurais e mediamente urbanas:

Abastecimento de água em Portugal continental Serviço em baixa (para 91% das entidades)	
Alojamentos existentes	5 362 804
Alojamentos com serviço efetivo	4 380 863
Alojamentos com serviço disponível não efetivo	725 891
Acessibilidade física do serviço	95%
Área predominantemente urbana	99%
Área mediamente urbana	94%
Área predominantemente rural	91%

Saneamento de águas residuais em Portugal continental Serviço em baixa (para 86% das entidades)	
Alojamentos existentes	4 654 290
Alojamentos com serviço efetivo	3 286 387
Alojamentos com serviço disponível não efetivo	487 143
Acessibilidade física do serviço	81%
Área predominantemente urbana	96%
Área mediamente urbana	78%
Área predominantemente rural	69%

Quanto às **perdas de água**, a média continental de água não faturada era de 30,7% (RASARP 2013), sendo a média da AQUAPOR de 20,4% para o mesmo ano e de 19,3% em 2014.

Uma nota final para o **consumo**, que vem decrescendo consistentemente desde 2007. A tendência é generalizada para todo o País e prende-se com vários fatores conjugados, nomeadamente:

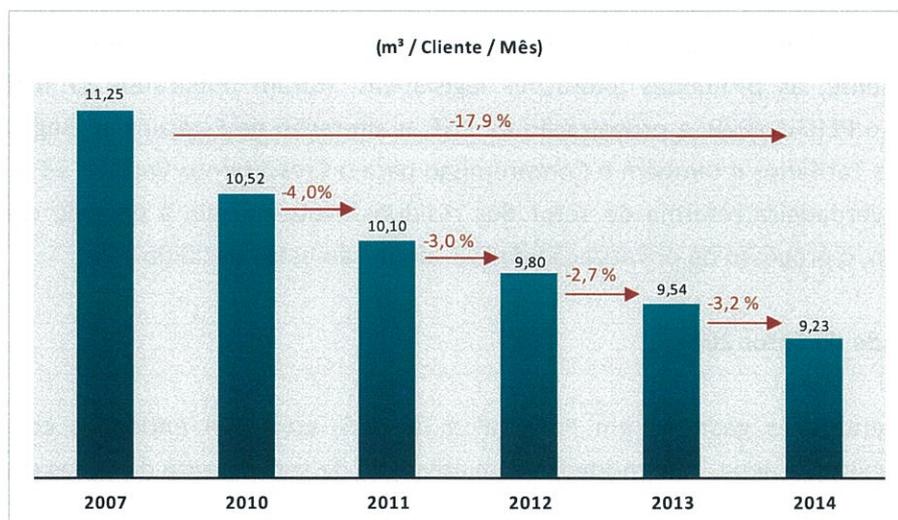
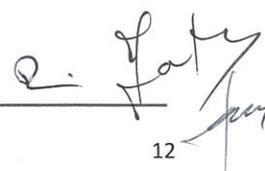
#### Fatores Conjunturais:

- Crise económica e social;
- Emigração;
- Desemprego.

#### Fatores Estruturais:

- Redução demográfica;
- Envelhecimento da população;
- Consciência ambiental;
- Alterações climáticas;
- Aumentos de tarifas;
- Inovações tecnológicas;
- Eficiência das redes públicas e prediais.

No caso concreto da AQUAPOR, para o universo de 14 municípios, essa redução foi de 3,2% em 2014, totalizando menos 17,9% desde 2007:

## ENQUADRAMENTO LOCAL

Fundado em 18 de março do ano 1500, o Município da Batalha ocupa uma área cerca de 104 km<sup>2</sup>, sendo limitado a norte e oeste por Leiria a Leste por Ourém, a sueste por Alcanena e a sudoeste por Porto Mós.

No município da Batalha a população é agora de 15.805 habitantes, o que representa um incremento de cerca de 5,4% face a 2001.

No mesmo período, o número de alojamentos aumentou em 1509, existindo agora um total de 8.335 fogos.

A Águas do Lena é Concessionária por um período de 23 anos, em regime de exclusividade do sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água para Consumo Público do Concelho da Batalha.

A concessão de abastecimento de água potável tem uma cobertura de serviço de cerca de 99%, servindo um município com cerca de 16 mil habitantes com grande dispersão geográfica.

O segmento mais importante da nossa atividade situa-se no consumidor doméstico (75,3% de água fornecida), sendo o seu perfil de consumos ao longo do ano mais ou menos uniforme, com um consumo médio diário de 91,21 L/hab.

A implantação comercial e industrial tem um peso de 8,2% no número de contratos e 14,6% no volume de água vendida, correspondendo ao segundo segmento mais importante da nossa atividade.

As origens de abastecimento de água do sistema são do tipo Subterrâneas e Superficiais. O abastecimento à região do planalto de S. Mamede é assegurado pelo fornecimento em alta (tipo superficial) a partir da EPAL, sendo o restante município abastecido maioritariamente a partir de captações subterrâneas do próprio sistema e uma pequena parte pelo Município de Porto Mós de origem igualmente subterrânea.

É também fornecida água em alta ao Município de Porto Mós a partir do sistema de captação da zona dos Pinheiros e do Paúl que representa 4,6% do volume de negócios.

A água fornecida à população apresenta um bom padrão da qualidade, tendo-se registado uma percentagem de cumprimento de valores paramétricos de 99,85% relativo ao número de análises regulamentares.

As infraestruturas, assim como a rede de abastecimento são antigas, carecendo de investimentos que se encontram previstos no âmbito do plano de investimentos fornecido pela Concessionária à Concedente.

## Regulação

A atividade desenvolvida no âmbito da concessão da exploração do sistema de abastecimento de água do concelho da Batalha está regulada por:

- **Contrato de Concessão**, celebrado entre esta e a Concedente – Câmara Municipal da Batalha – na sequência de Concurso Público Internacional para a Exploração e Gestão do Sistema de Captação, Tratamento e Distribuição de Água para Consumo Público do Concelho da Batalha.

O referido contrato encontra-se em fase de apreciação pelas partes, no sentido da adaptação legal ao Decreto-lei n.º 194/2009, de 20 de agosto.

- O **Regulamento Municipal** do Sistema Público e Predial de Distribuição de Água do Concelho da Batalha que estabelece e define as regras e condições a que deve obedecer o sistema de distribuição público e predial de água do concelho da Batalha, de forma que seja assegurado o seu bom funcionamento, preservando-se a segurança e saúde pública, bem como as relações entre a Câmara Municipal da Batalha, a concessionária e os clientes.

Com a entrada em vigor do Decreto – Lei nº 194/2009 de 20 de Agosto e a Portaria nº34/2011 de 13 de Janeiro este regulamento foi revisto à Luz dos referidos diplomas, parecer da entidade reguladora ERSAR e apreciação da Concedente. A sua entrada em vigor encontra-se pendente da aprovação do 2º aditamento do contrato de concessão.

- O **Tarifário de Abastecimento de Água**, que constitui outro instrumento de regulação da atividade, é revisto com uma periodicidade anual com base na fórmula de revisão de preços constante no contrato e entra em vigor após a sua aprovação pela Câmara Municipal da Batalha, sendo igualmente remetido à entidade reguladora ERSAR.

- Pela **Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos**, (ERSAR), entidade reguladora de todos os serviços públicos de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos e a autoridade competente para a qualidade de água para consumo humano.

Até 30 de março de cada ano, a Águas do Lena tem de efetuar o preenchimento dos indicadores relativos ao ano anterior no âmbito do Processo de Avaliação da Qualidade do Serviço prestado aos clientes, promovido por esta entidade.

Com uma periodicidade anual a Águas do Lena tem ainda a responsabilidade de submeter à aprovação do ERSAR o Plano de Controlo da Qualidade da Água para o ano seguinte para aprovação.

- **Autoridade Concelhia de Saúde**. A atuação desta entidade abrange a atividade da concessão, através da vigilância sanitária da qualidade da água fornecida pela Águas do Lena, que é feita de modo regular ao longo do ano. Para além dos ensaios realizados à água distribuída à população, a autoridade de saúde reúne-se periodicamente com a Águas do Lena.

Em 2012 a comunicação de incumprimentos passou a ser realizada através de uma nova metodologia, conforme solicitação da Unidade de Saúde Pública -ACES Pinhal Litoral II, que até aquela data era realizada à Autoridade Saúde Local.

A partir de agosto de 2012 a Águas do Lena, reporta os incumprimentos verificados, bem como o seu seguimento e fecho, ao Delegado de Saúde do ACES Pinhal Litoral II, visando assim uma articulação direta com a unidade central, que avalia este tema.

Não obstante, este novo procedimento, a Águas do Lena mantém a comunicação simultânea à Autoridade de Saúde Local, mantendo a boa cooperação existente com essa entidade.

- **Agência Portuguesa do Ambiente ARH- Centro** – Entidade que supervisiona a gestão dos recursos hídricos. Com uma periodicidade anual a Águas do Lena tem a responsabilidade de reportar o volume de água captado no ano anterior.

Para além das entidades anteriormente referidas, a atividade da empresa é também demarcada por contratos existentes com os seus clientes, de distribuição em “baixa” e em “alta” (Município de Porto de Mós), e fornecedores, assim como pela sua política de valores técnicos, ambientais e de responsabilidade social.

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Águas do Lena integra-se na estrutura da Aquapor, sua acionista a 100%, que agrega empresas operadoras no mercado nacional com atividade essencialmente retalhista no sector de abastecimento de água e do saneamento de águas residuais. Esta estrutura foi constituída com os meios próprios e responsabilidades pelos resultados com uma gestão operativa descentralizada.

### Organograma



## Competências

O **Conselho de Administração** é composto por 3 elementos e é o órgão responsável pela gestão das atividades da sociedade. Compete-lhe a definição de linhas de orientação estratégica adotando formas de atuação conducentes com os objetivos pretendidos.

Compete ao **Administrador Executivo** a gestão corrente da Concessionária, a definição de objetivos, a execução de orçamentos e planos anuais de atividade, a aquisição e prestação de serviços, o controlo da exploração do Sistema de Abastecimento, o desenvolvimento de atividades necessárias ao cumprimento dos objetivos e a criação de condições de operacionalidade necessárias, a proposição de investimentos, a representação da Sociedade junto da Concedente, dos seus clientes, e de entidades representantes da Sociedade, e garantir o abastecimento ao Concelho nas devidas condições de qualidade, quantidade e continuidade.

A **Área Administrativa** integra três sectores de atuação distintos, com as seguintes competências:

**Sector de Faturação**, a quem compete a gestão da aplicação comercial e todos os processos associados, desde leituras, procedimento de suspensão de serviço de fornecimento de água e rescisão de contratos por falta de pagamento, inspeções, controlo de grandes consumidores, otimização de giros, atualização da base de dados de clientes.

No âmbito de responsabilidades do **Sector de Obras e Armazém**, encontra-se gestão de serviços, emissão e controlo de folhas de obra, imputação de custos, emissão e controlo de faturas, gestão do armazém, prospeção comercial e económica de fornecedores, classificação de **faturas** de fornecimento e lançamento de despesas de caixa.

**Sector de Atendimento ao Cliente e Gestão Dívida** - a quem compete a realização de cobrança de faturas, emissão de serviços solicitados pelos clientes, celebração e rescisão de contratos e gestão de dívida dos clientes.

A **Área Operacional** que tem como atribuições, atividades inerentes à manutenção da rede de abastecimento, condução e operação de estações elevatórias, instalação e substituição de contadores de água, construção de ramais de água, reparação de roturas na rede de abastecimento e todas as atividades decorrentes da gestão de clientes, que requerem a intervenção deste sector.

A **Área Qualidade e Monitorização** tem como atribuições a elaboração e implementação do Plano de controlo de qualidade da água (PCQA), análise dos resultados do controlo analítico e sua divulgação. É igualmente responsável pela implementação e acompanhamento do controlo analítico operacional.

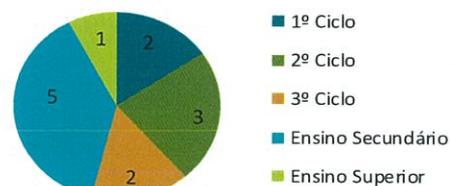
## Recursos Humanos

Em 31 de dezembro de 2014 a empresa tinha 13 colaboradores distribuídos, em termos de vínculo contratual, da seguinte forma:

Tipo Contrato	2012	2013	2014
Contrato sem Termo	8	11	12
Contrato Termo Certo	5	2	1
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>13</b>	<b>13</b>

A distribuição dos colaboradores por níveis de habilitações era, no final de 2014 a seguinte:

Nível Habilitações	Homens	Mulheres	Total
1º Ciclo	2	0	2
2º Ciclo	3	0	3
3º Ciclo	2	0	2
Ensino Secundário	4	1	5
Ensino Superior	0	1	1
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>13</b>



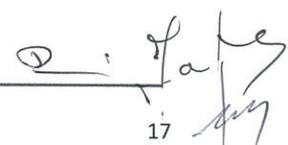
A distribuição dos Recursos Humanos existentes por qualificação profissional foi a seguinte:

Nível Qualificação	Homens	Mulheres	Total
Quadros Superiores	0	1	1
Quadros Intermédios	1	0	1
Profissionais Qualificados	10	1	11
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>13</b>



Quanto ao nível de antiguidade verificou-se a seguinte distribuição dos colaboradores:

Nível Antiguidade	Homens	Mulheres	Total
0 a 5 anos	5	0	5
5 a 10 anos	2	0	2
10 a 15 anos	2	1	3
> 15 anos	2	1	3
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>13</b>



O nível etário médio é de 42 anos, verificando-se a seguinte distribuição dos colaboradores:

Nível Etário	Homens	Mulheres	Total
30 a 34 anos	3	0	3
40 a 44 anos	4	2	6
45 a 49 anos	2	0	2
50 a 54 anos	2	0	2
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>2</b>	<b>13</b>

### Regras Societárias

A empresa rege-se pelo definido no seu pacto social. A Assembleia reúne obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano, nos termos do disposto no artigo trezentos e setenta e seis do Código das Sociedades Comerciais e sempre que requerida por um ou mais acionistas com capacidade para o fazerem.

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três membros, e que reúne mensalmente. A gestão corrente da sociedade é realizada por um Administrador Executivo.

As regras definidas pela AQUAPOR, através das comunicações internas, estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade da empresa, em particular do controlo orçamental, regras contabilísticas, pessoal e limite de competências para a aprovação de compras e realização de investimentos.

## PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2014

### Factos Relevantes

A Aguas do Lena completou em 2014, 18 anos de serviço público, evidenciando uma maturidade muito interessante, sustentada numa melhoria contínua que se tem traduzido num crescente incremento de eficácia e eficiência ao nível técnico-operacional assim como na área administrativa e de gestão de clientes.

A atividade desenvolvida ficou marcada pelos seguintes factos:

- **Redução de perdas de água em 3,8p.p.** A redução de perdas de água de 25,6% em 2013 para 22% em 2014 resultou de um esforço contínuo da organização quer ao nível técnico – operacional como é o exemplo da monitorização de consumo noturnos e a realização de campanhas de deteção de fugas, como a nível comercial através da determinação mensal de perdas de água por áreas de faturação e acompanhamento do perfil de consumo dos clientes, acompanhamento do perfil de consumos noturnos através do sistema de telegestão, acrescido de um forte envolvimento de todos os colaboradores.
- **Renovação do Parque de contadores** com a substituição de 13,1% do total de contadores instalados com idade superior a 8 anos e calibre até DN20.
- Conclusão dos trabalhos de **remodelação/Ampliação do sistema de telegestão**. Este sistema constitui uma preciosa ferramenta para o controlo dos parâmetros mais significativos da rede de abastecimento tais como: nível de água nos reservatórios, caudal e pressão rede. Permite igualmente detetar de uma forma mais atempada a ocorrência de roturas na rede de abastecimento e otimização da eficiência dos gastos de energia.
- Trabalhos de **reparação e beneficiação geral de reservatórios** do sistema, das quais se destaca a beneficiação geral dos reservatórios de Alcanadas e do Casal Quinta.
- **Atribuição do Selo de Qualidade do Serviço de Abastecimento Público de Água**. A ERSAR atribuiu, pela primeira vez em Portugal, o selo de Qualidade do Serviço de Abastecimento Público de Água em 2014. Os selos de qualidade entregues pela ERSAR têm como objetivo premiar e divulgar casos portugueses de referência relativos à qualidade dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos, contribuindo para a melhoria da qualidade do serviço prestado aos cidadãos.



Para além da Águas do Lena, foram atribuídos selos da qualidade de serviço de abastecimento público de água a 16 entidades num universo de 403 que prestam serviço de abastecimento público de água. Os selos foram entregues a cada uma das entidades gestora na cerimónia que se realizou no dia 19 de novembro/14 no decorrer da 9ª Expo Conferência da Água.

- **Atribuição do Selo Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano.** A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) no passado dia 19 de novembro de 2014 atribuiu pela segunda vez os selos de “Qualidade Exemplar da Água para Consumo Humano”, que pretendem evidenciar as entidades prestadoras de serviço de abastecimento público de água que no último ano de avaliação regulatória, tenham assegurado uma qualidade exemplar da água para consumo humano.



Águas do Lena foi assim distinguida em 2014 e pelo segundo ano consecutivo com o selo da Qualidade da Exemplar da Água.

### Desempenho da Empresa

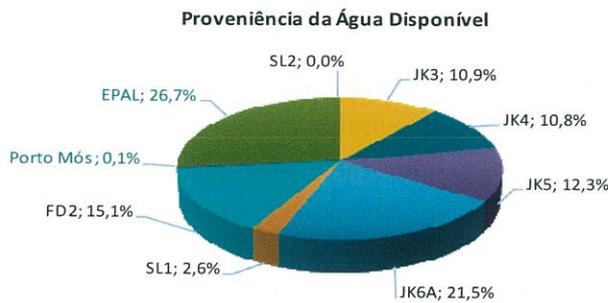
Em 2014 foram fornecidos ao Sistema de Abastecimento do Concelho  $1.078.114\text{m}^3$ , tendo em agosto ocorrido o volume mensal máximo ( $128.147\text{m}^3$ ), e em fevereiro o mínimo ( $70.002\text{m}^3$ ).

Como notas dominantes, em relação ao ano anterior, destaca-se:

- redução do volume de água captada a partir das captações de Pinheiros em cerca de 9,96%, que corresponde a  $66.721\text{m}^3$ ;
- diminuição do volume de água captada a partir das captações de Casal Mil Homens em cerca de 12,14%, que corresponde a  $25.089\text{m}^3$ ;
- redução do volume de água comprada à EPAL em cerca de 11,33%, que corresponde a  $36.460\text{m}^3$

Nos gráficos seguintes são apresentadas as contribuições percentuais de cada origem, seja captada ou adquirida a terceiros.

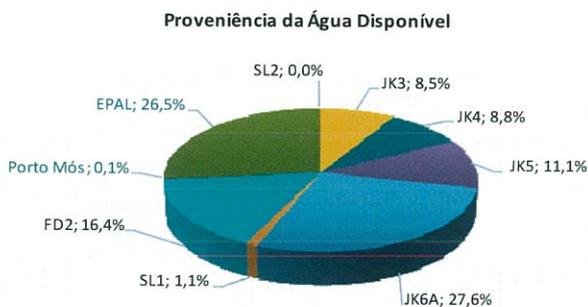
### Ano 2013:



### Água Produzida vs Água Comprada



### Ano 2014:



### Água Produzida vs Água Comprada



## Exploração do Sistema

### Operação dos Ativos

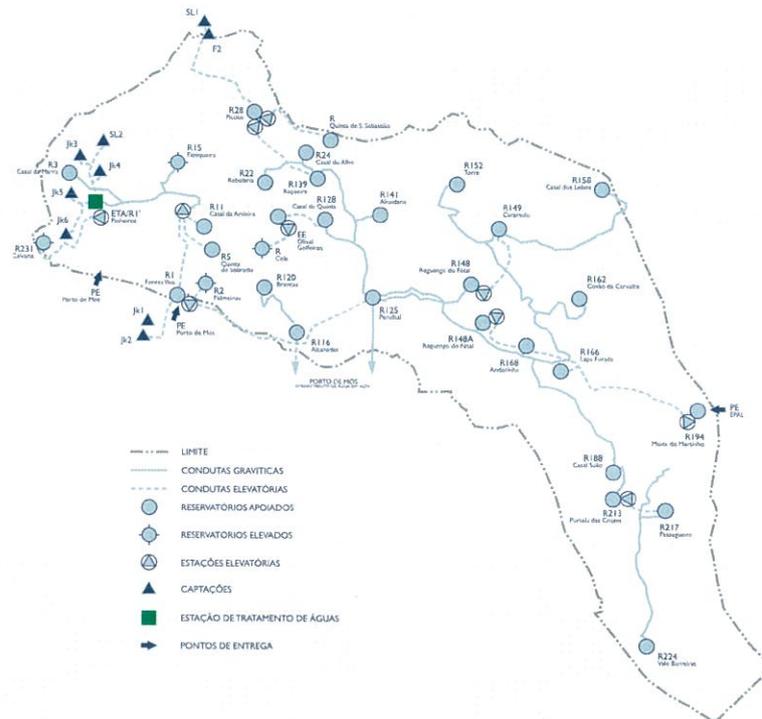
Para assegurar o rendimento da rede e o desenvolvimento do sistema de abastecimento e globalmente a qualidade do serviço, no decorrer de 2014 foram promovidas diversas intervenções nas vertentes técnico-operacional, económico-financeira, comercial e organizacional.

Na vertente técnico – operacional destaca-se a otimização dos recursos produzidos por captações próprias.



Na vertente comercial e organizacional, destaca-se a manutenção dos métodos de controlo de perdas físicas e comerciais e das atividades de inspeção com especial incidência nos clientes com consumo Zero, e seguimento de contratos com maior consumo.

### Esquema de abastecimento de água ao Concelho da Batalha



### Perdas de Água

Em 2014 registou-se uma percentagem de perdas de água de 22% que face a 2013 (25,6%) traduziu-se numa redução em 3,6 p.p. Esta redução resultou do desenvolvimento de um conjunto de ações que incidiram essencialmente em:

- Instalação de 7 contadores gerais;
- Determinação da percentagem de perdas por áreas com base na água faturada;
- Monitorização de consumos noturnos, onde a percentagem de perdas de água assume valores mais relevantes;
- Campanha de deteção de roturas na rede de abastecimento que incidiram em 33 localidades do Concelho. Em 2014 foram detetadas 28 roturas, das quais 15 registaram-se em ramais de água e 13 em conduta;
- Instalação de 31 válvulas de seccionamento para uma melhor sectorização da rede;
- Instalação de 1 redutora de pressão para regularizar a pressão na rede;
- Instalação de 21 ventosas ao longo da rede;
- Renovação do parque de contadores, num total de 13,1% dos contadores instalados;
- Reforço das ações de fiscalização com especial incidência nos clientes com consumo zero;
- Monitorização mensal dos Maiores consumidores.

A Águas do Lena, em 2015 irá dar continuidade aos trabalhos de determinação de percentagem de perdas de água por área de faturação e monitorização dos consumos noturnos de forma a identificar e centralizar-se nas áreas geográficas onde a percentagem de perdas de água assume valores mais relevantes. Por outro lado irá dar igualmente continuidade ao estudo do histórico de consumos de clientes e reforçar a atividade de inspeção. Com estas ações pretende-se melhorar o rendimento da rede.

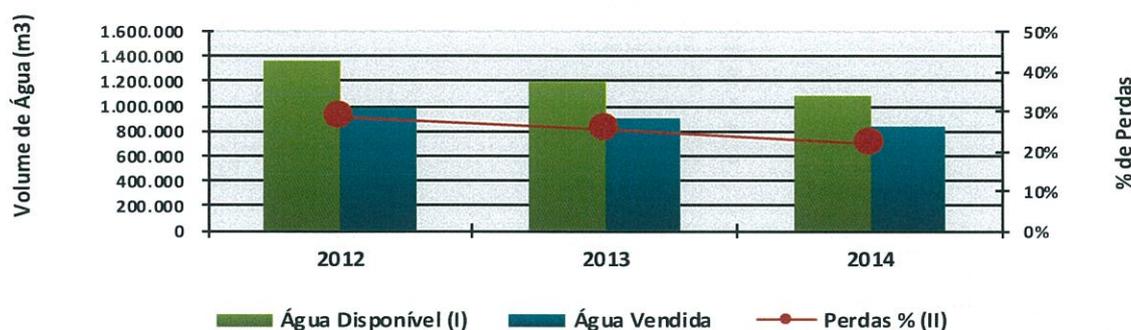
Volume de Água (m3)	2012	2013	2014	Variação 2013/14
Água Disponível (I)	1.368.923	1.206.380	1.078.114	(10,6%)
Água Vendida	979.261	897.126	841.384	(6,2%)
Perdas % (II)	28,5%	25,6%	22,0%	(3,6 p.p.)

(I) Produzida + Comprada (em 2014 a água comprada corresponde a cerca de 26,6%)

(II) inclui perdas físicas, económicas e outras de carácter operacional

p.p. - pontos percentuais

#### Evolução das Perdas



#### Eficiência Energética

Durante o ano 2014 registou-se uma redução de consumo energia em euros de 26% e de 13,2% em kwh em relação a 2013, que resultou por um lado da consequência direta da eficiência hídrica e por outro da otimização dos períodos de funcionamento dos grupos de elevação com especial impacto na redução de horas ponta.

#### Manutenção do Sistema

Toda a atividade de manutenção do sistema foi assegurada, tendo a mesma incidido na beneficiação e pintura de reservatórios, renovação de ramais domiciliários, manutenção de equipamentos afetos ao sistema de abastecimento, renovação do parque de contadores e manutenção da rede de abastecimento.

O parque de contadores foi renovado em cerca de 13,1% do total de contadores instalados o que corresponde a 1008 substituições de contadores.

Em termos de reparações na rede, em 2014 registaram-se 171 reparações de roturas sendo 87 em conduta e 84 em ramais de água. Ao longo do ano registou-se igualmente a necessidade de se proceder à renovação de 101 ramais.

Comparativamente com o ano anterior, em 2014 obteve-se uma redução no nº roturas em cera de 21,9%

Em 2014 deu-se igualmente lugar à manutenção de um conjunto de infraestruturas do sistema com trabalhos de beneficiação geral, limpeza e pintura, designadamente reservatórios de Alcanadas, do Casal Marra, do Casal Quinta, de Casal Lobos e da Torre.



Reservatório do Casal Quinta



Reservatório de Alcanadas



Reservatório do Casal Marra



Reservatório da Torre

No que respeita à atividade de manutenção dos equipamentos, em 2014 a Águas do Lena deu continuidade às intervenções de manutenção preventiva, sistemática e condicionada de acordo com o plano de manutenção, tendo registo cerca de 319 intervenções preventivas.

## Sistema de Controlo de Qualidade

A atividade de monitorização da qualidade da água desenvolveu-se de acordo com o programa de controlo de qualidade da água (PCQA), que compreende a vertente do controlo legal como entidade gestora em Alta e em Baixa, anualmente aprovada pela ERSAR, e a vertente de controlo operacional.

O programa de controlo da qualidade da água (Entidade Gestora em Alta e em Baixa) estabelecido de acordo com o Decreto-Lei foi totalmente cumprido mediante a realização de 60 controlos de rotina I, 22 controlos de rotina II e 6 Controlos de inspeção, correspondendo a 660 determinações analíticas.

Em termos de resultados analíticos, em 2014 registou-se 1 resultado não conforme relativo ao parâmetro de Turvação no ponto de venda de água em alta. Este incumprimento não foi comprovado nas análises de verificação realizadas nos dois pontos de amostragem pré-estabelecidos, considerando-se uma situação pontual.

A conformidade com os valores paramétricos estabelecidos no Decreto-Lei nº 306/2007 de 27 de Agosto foi de 99,85%, o que evidencia uma excelente qualidade da água fornecida à população.

População Abrangida	15805
População Servida	15647
Nº de Zonas de abastecimento	4
Nº de análises regulamentares	660
Nº de análises - controlo operacional	297
% de análises em falta	0
% de análises em incumprimento	0,15%

Numa vertente complementar foi desenvolvido um programa de controlo operacional, com o objetivo de rastrear a qualidade da água de modo mais abrangente, permitindo assim atuar de modo preventivo no processo de controlo da qualidade da água, promovendo a melhoria contínua.

Foram assim realizados um conjunto de ensaios, que permitiram:

- otimizar o doseamento do agente desinfetante
- avaliar a qualidade da água na etapa de armazenamento
- otimizar o sistema de correção de pH

O controlo operacional envolveu a realização de controlos de rotina I em 29 reservatório do sistema, medições de teor de cloro ao longo da rede e nos pontos de cloragem e medições de pH na rede afeta à zona de abastecimento dos Pinheiros.

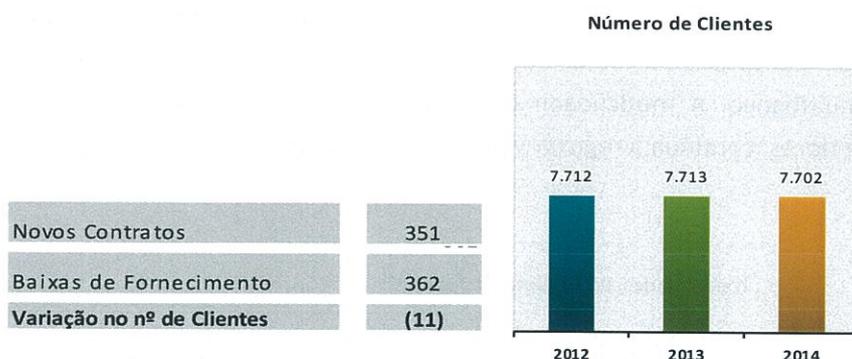
Do controlo analítico realizado aos reservatórios do sistema registaram-se 87 determinações, tendo-se obtido resultados de acordo com os VMA'S estabelecidos na legislação em vigor.

Das medições de campo realizadas ao cloro residual e pH registaram-se 175 e 35 medições, respetivamente.

Em 2014 a Águas do Lena deu conhecimento público, nos termos legais, dos resultados das análises efetuadas para o controlo da qualidade da água fornecida, através da sua colocação no Posto de Atendimento da Empresa, do envio para a Câmara Municipal da Batalha e para a Autoridade de Saúde Local e através da página da Internet. Anualmente os resultados da qualidade da água são igualmente fornecidos à Entidade reguladora, ERSAR.

### Área Comercial

Em 2014 a empresa celebrou 351 novos contratos o que, face às 362 baixas de contratos verificadas, resultou numa redução de 11 clientes, tal como podemos observar no quadro seguinte:



O Volume de Negócios registou a seguinte evolução:

*(em euros)*

Vendas e Prestações de Serviços	2012	2013	2014	Variação 2013/14
Venda de Água	718.751	704.077	641.177	(8,9%)
Taxa de Disponibilidade	275.970	295.131	310.473	5,2%
<b>Total Vendas de Água + Taxa Disp.</b>	<b>994.721</b>	<b>999.208</b>	<b>951.650</b>	<b>(4,8%)</b>
Ramais (Abertura)	15.415	9.271	15.534	67,6%
Outros Serviços	44.320	48.899	51.301	4,9%
<b>Total das Prestações de Serviços</b>	<b>59.735</b>	<b>58.170</b>	<b>66.836</b>	<b>14,9%</b>
<b>Total de Volume de Negócios</b>	<b>1.054.456</b>	<b>1.057.377</b>	<b>1.018.486</b>	<b>(3,7%)</b>

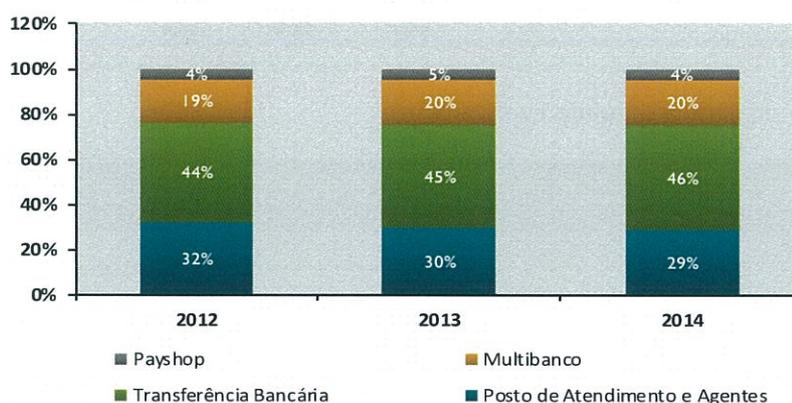
O Volume de negócios da Concessão regista uma redução de 3,7% face a 2013. Esta redução não acompanha o aumento do tarifário de 0,76% devido à quebra de venda de água em 8,9%

No que se refere a detalhe sobre clientes, a Empresa serviu diversos segmentos dos quais se destaca o segmento doméstico que representa 87,1% dos contratos existentes, sendo responsável pelo consumo de 75,3% da água vendida.

Tipo do Cliente	Volume Vendido (m <sup>3</sup> )	Peso no Total (%)	Valor da Venda (€)	Tarifa Média (€)	Nº de Clientes	Peso no Total (%)
Doméstico	529.523	75,3%	668.979	1,26	6.709	87,1%
Comércio e Indústria	102.533	14,6%	151.562	1,48	635	8,2%
Câmaras Municipais e Juntas de Fregu	28.397	4,0%	25.726	0,91	189	2,5%
Instituições de Utilidade Pública	23.033	3,3%	15.474	0,67	69	0,9%
Obras	3.921	0,6%	14.285	3,64	65	0,8%
Outros	15.534	2,2%	31.514	2,03	32	0,4%
<b>Água em Baixa</b>	<b>702.941</b>		<b>907.540</b>		<b>7.699</b>	
<b>Água em Alta</b>	<b>138.443</b>		<b>44.110</b>		<b>3</b>	
<b>Total</b>	<b>841.384</b>		<b>951.650</b>		<b>7.702</b>	

A nível da modalidade de pagamento, em 2014 a modalidade escolhida pela maioria dos clientes centrou-se na transferência bancária e na modalidade do posto de atendimento/agentes seguindo-se a modalidade por multibanco. A modalidade de pagamento por Payshop diminuiu 1%, que à semelhança dos anos anteriores, continua a registar valores de aderência manifestamente baixos.

Modalidades de Pagamento (peso %)



## Relações com o Concedente

As relações com a Concedente centraram-se fundamentalmente em assuntos relacionados com o abastecimento de água aos Municípios, nomeadamente no que respeita às melhorias e investimentos no sistema do Concelho, necessários para melhorar a distribuição, em termos de qualidade e quantidade.

Reporte anual da atividade desenvolvida ao nível técnico-comercial, operacional e de qualidade da água.

Em 2014 deu-se continuidade aos trabalhos de adaptação do contrato de concessão ao DL nº194/2009 e da estrutura tarifária à referida lei e recomendações ERSAR nº1/2009 e nº 2/2010.

### Relações com Outros Interessados no Desempenho da Sociedade

Nas relações com outros interessados no desempenho da comunidade a Águas de Lena, S.A. privilegiou o contacto com diversos agentes com responsabilidades na Sociedade, designadamente com entidades da Administração Pública, Juntas de Freguesia do Concelho (Batalha, Reguengo do Fétal, Golpilheira e São Mamede), com as autoridades de Saúde, representada pela figura do seu Delegado e agentes de cobrança.



## ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

### Nota Introdutória:

A análise económica e financeira que se apresenta de seguida sintetiza os resultados alcançados pela Águas do Lena, S.A., no exercício de 2014, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2014.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas a este relatório.

### Análise de Gastos e Rendimentos

(em euros)

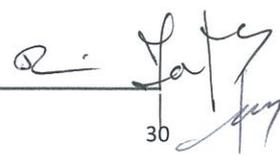
Demonstração dos Resultados	2012	2013	2014	Var.
				%
Vendas	994.721	999.208	951.650	(4,8%)
Prestações de Serviços	59.735	58.170	66.836	14,9%
Volume de Negócios	1.054.456	1.057.377	1.018.486	(3,7%)
CMVMC	180.049	171.884	162.858	(5,3%)
Fornecimentos e Serviços Externos	477.322	481.615	465.551	(3,3%)
Gastos com o Pessoal	195.283	209.823	210.077	0,1%
Outros Resultados Operacionais	(17.002)	19.262	16.536	(14,2%)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)	184.800	213.318	196.536	(7,9%)
Amortizações	92.284	89.563	93.227	4,1%
Resultado operacional (RO)	92.516	123.755	103.309	(16,5%)
Resultados Financeiros	(88.795)	(94.031)	(36.951)	60,7%
Resultados Antes de Impostos	3.720	29.724	66.358	123,2%
Imposto Sobre o Rendimento	3.578	5.285	8.281	56,7%
Resultado Líquido do Exercício	143	24.439	58.077	137,6%

Demonstração dos Resultados	2012	2013	2014	Var.
				%
EBITDA Ajustado (Cash-Flow Operacional)	185.275	205.978	192.709	(6,4%)
Margem EBITDA Ajustado	17,57%	19,48%	18,92%	(0,6 p.p.)
EBIT (Resultado Operacional)	92.516	123.755	103.309	(16,5%)
Margem EBIT	8,77%	11,70%	10,14%	(1,6 p.p.)

EBITDA Ajustado = Resultado Operacional + Amortizações - Provisões - Imparidades

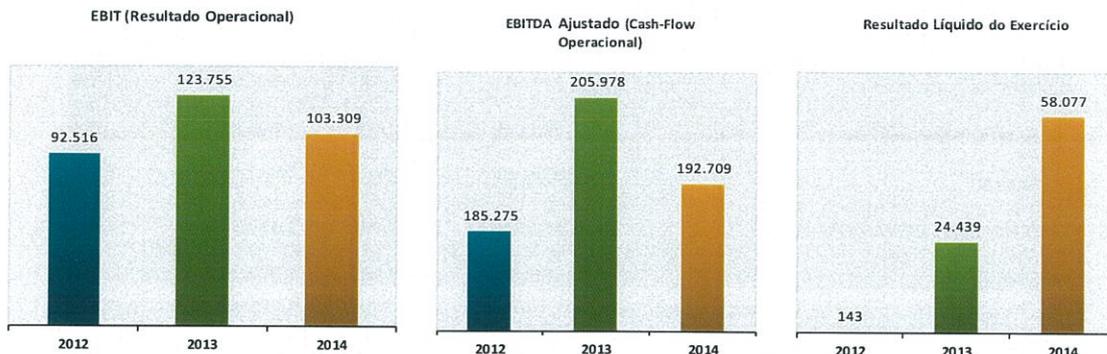
Margem EBITDA Aj = EBITDA Aj / Volume de Negócios

Margem EBIT = EBIT / Volume de Negócios



A empresa gerou, no ano de 2014, um Resultado Líquido positivo de 58.077 euros, que representa uma melhoria de 33.638 euros face ao ano anterior. Esta variação deve-se principalmente ao Resultado Financeiro que apresenta uma melhoria significativa (+57.080 euros)

O EBITDA Ajustado (*Cash-Flow* Operacional) e o EBIT (Resultado Operacional) registaram decréscimos face a 2013, de 6,4% e 16,5% respetivamente.



O volume de negócios apresenta uma diminuição de 3,7%, que se subdivide em:

- Redução das Vendas em 4,8%: A venda de água diminuiu 8,9% face a 2013 – O aumento de tarifário de 0,76% não compensou a diminuição do volume vendido, sendo que a taxa de disponibilidade aumentou 5,2%.
- Aumento de 14,9% nas prestações de serviços, com maior impacto na abertura de ramais.

A diminuição verificada nos gastos operacionais prende-se essencialmente com (i) uma poupança na **eletricidade** pela eficiência hídrica e otimização dos períodos de funcionamento dos grupos de elevação com especial impacto na redução de horas ponta e (ii) menor **compra de água** por consequência direta da diminuição da sua venda.

O Resultado Financeiro contribuiu favoravelmente para a empresa aumentando 60,7% em relação a 2013 por via de: (i) Aumento de Juros obtidos pelo contrato de mútuo entre a Aquapor e Águas do Lena assinado em Dezembro de 2013; (ii) Diminuição dos gastos com comissão de gestão, de imobilização e de prorrogação da dívida em resultado da cessação do financiamento corrente.

## Análise do Balanço

(em euros)

Balanço	2012	2013	2014	Var.
				%
<b>Ativo</b>				
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	628.556	657.048	634.935	(3,4%)
Ativos por Impostos Diferidos	306.913	153.456	0	
<b>Total dos Ativos não Correntes</b>	<b>935.468</b>	<b>810.505</b>	<b>634.935</b>	<b>(21,7%)</b>
Contas a Receber	327.911	303.435	306.789	1,1%
Accionistas/Sócios	700.000	500.000	500.000	0,0%
Outros	225.025	334.567	352.547	5,4%
<b>Total dos Ativos Correntes</b>	<b>1.252.936</b>	<b>1.138.002</b>	<b>1.159.335</b>	<b>1,9%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>2.188.404</b>	<b>1.948.507</b>	<b>1.794.270</b>	<b>(7,9%)</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>				
<b>Capital Próprio</b>	<b>329.446</b>	<b>353.885</b>	<b>411.962</b>	<b>16,4%</b>
Passivos por Impostos Diferidos	303.041	151.521	0	
Financiamentos Obtidos	0	916.667	750.000	(18,2%)
Outros	26.939	22.088	18.230	(17,5%)
<b>Total dos Passivos não Correntes</b>	<b>329.980</b>	<b>1.090.276</b>	<b>768.230</b>	<b>(29,5%)</b>
Financiamentos Obtidos	1.140.010	83.333	200.000	140,0%
Contas a Pagar	388.968	421.014	414.078	(1,6%)
<b>Total dos Passivos Correntes</b>	<b>1.528.978</b>	<b>504.347</b>	<b>614.078</b>	<b>21,8%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.858.958</b>	<b>1.594.622</b>	<b>1.382.308</b>	<b>(13,3%)</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>2.188.404</b>	<b>1.948.507</b>	<b>1.794.270</b>	<b>(7,9%)</b>

O total do **Ativo** atingiu, no final de 2014, o montante de 1,8 milhões de euros, valor inferior em 7,9% ao registado no final de 2013.

A redução de 21,7% dos **Ativos não Correntes**, é justificada pelo final do reconhecimento dos ajustamentos de transição para o SNC, na rubrica de impostos diferidos ativos. O ligeiro aumento de 1,9% dos **Ativos Correntes** prende-se com o acréscimo de disponibilidades.

O **Capital Próprio** aumentou pelo resultado líquido do exercício.

O total do **Passivo** apresenta no final de 2014 o valor de 1,4 milhões de euros que revela um decréscimo de 13,3% face a 2013. Destaca-se a eliminação dos impostos diferidos passivos por terem terminado os ajustamentos de transição para o SNC. Os financiamentos obtidos, quando analisados em conjunto - correntes e não correntes - apresentam uma ligeira redução pelo início da amortização de capital.

## Indicadores

Os indicadores de rentabilidade aumentaram influenciados pelo resultado líquido alcançado em 2014.

Ao nível dos indicadores de Endividamento, Autonomia Financeira e Solvabilidade cresceram favoravelmente.

Indicadores	2012	2013	2014	Var.
				p.p.
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	0,04%	6,91%	14,10%	7,2 p.p.
Rentabilidade do Ativo (%)	0,01%	1,25%	3,24%	2,0 p.p.
Autonomia Financeira (%)	15,05%	18,16%	22,96%	4,8 p.p.
Solvabilidade (%)	17,72%	22,19%	29,80%	7,6 p.p.

## Investimentos

Os investimentos totalizaram um montante total de 79.081 euros, distribuídos da seguinte forma:

*(em euros)*

Investimentos	2012	2013	2014	Varição 13/14
Ativos Intangíveis	56.599	106.540	68.565	(35,6%)
<i>Contadores</i>	56.599	46.604	55.649	19,4%
<i>Outros</i>	0	59.936	12.916	(78,5%)
Equipamento Básico	1.437	1.268	0	(100,0%)
Equipamento Administrativo	14.454	957	0	(100,0%)
Equipamento de transporte	0	0	10.016	
Outros Tangíveis	9.531	15.390	500	(96,8%)
<b>Total</b>	<b>82.021</b>	<b>124.156</b>	<b>79.081</b>	<b>(36,3%)</b>

## PERSPETIVAS PARA O FUTURO

O próximo exercício, correspondente ao décimo nono ano de atividade, será caracterizado, na generalidade, pela continuidade de um conjunto de investimentos constantes do aditamento ao contrato de concessão quer pela Concedente quer pela Concessionária.

Como objetivos gerais foram estabelecidos:

- Manter/melhorar a qualidade do serviço prestado aos Municípios do Concelho da Batalha, sem prejuízo dos resultados da empresa;
- Melhorar resultado líquido;
- Reduzir as perdas técnicas;
- Reduzir a percentagem da faturação com consumo Zero;
- Reduzir o número de roturas na rede de abastecimento e ramais de água;
- Manter uma qualidade da água  $\geq 99\%$  (conforme indicador ERSAR);

Como prioridade na gestão da Águas do Lena, no domínio da área económico – financeira, o expectável aumento de rendimentos deverá ser acompanhado pela continuidade no controlo de gastos, sobretudo nos operacionais.

Na vertente técnico operacional, constitui prioridade a continuação do programa de perdas de água, com o objetivo de se obter uma percentagem de perdas  $\leq 20\%$ .

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2014, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- A Entidade Concedente – Câmara Municipal da Batalha;
- O Acionista AQUAPOR - Serviços, SA, pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;
- Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- O Revisor Oficial de Contas e o Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deram provas no seguimento das atividades da empresa;
- Os Membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo empenho posto no exercício das suas funções;
- À entidade reguladora, ERSAR, pela sua exigência e contínua atenção no desempenho da empresa;
- Os Trabalhadores de Águas do Lena, pelo seu notável sentido de serviço e de missão.

## OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2014;
- Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2014;
- A sociedade não tem sucursais.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2014, no montante de 58.077 euros, tenha a seguinte distribuição:

- Um montante de 2.904 euros, correspondentes a 5% do resultado, para reforço da Reserva Legal;
- A importância sobrança, no valor de 55.173 euros para Resultados Transitados.

### O Conselho de Administração



Eng. Diogo Manuel Mena Faria de Oliveira



Dr. José António Ferreira dos Santos



Dr. Joaquim de Jesus Carmo Gomes

Batalha, 27 de Março de 2015

## CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014 E RESPETIVO ANEXO

Águas do Lena, S.A.

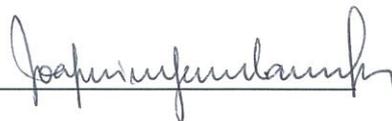
**BALANÇO**

Período findo em 31 de Dezembro de 2014

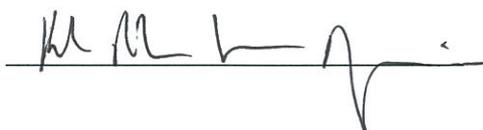
	Notas	31-12-2014	Quantias em Euros 31-12-2013
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo Não Corrente</b>			
Ativos Fixos Tangíveis	8	30.453	29.126
Ativos Intangíveis	7	604.482	627.922
Ativos por Impostos Diferidos	12	-	153.456
		634.935	810.505
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários	9	30.475	37.310
Clientes	13.1	205.161	203.103
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	50.124	48.408
Acionistas/Sócios	13	500.000	500.000
Outras Contas a Receber	13.2	51.504	51.924
Caixa e Depósitos Bancários	4	322.071	297.257
		1.159.335	1.138.002
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.794.270</b>	<b>1.948.507</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital	13.4	625.000	625.000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	13.5	2.568.918	2.568.918
Reservas Legais	15.3	1.939	717
Resultados Transitados	15.3	(2.841.972)	(2.865.189)
Resultados Líquidos do Período	15.3	58.077	24.439
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>411.962</b>	<b>353.885</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo Não Corrente</b>			
Provisões	11	12.815	15.603
Financiamentos Obtidos	13.7	750.000	916.667
Passivos por Impostos Diferidos	12	-	151.521
Outras Contas a Pagar	13.3	5.415	6.485
		768.230	1.090.276
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	13	137.461	153.189
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	25.594	17.068
Financiamentos Obtidos	13.7	200.000	83.333
Outras Contas a Pagar	13.3	251.022	250.757
		614.078	504.347
<b>Total do Passivo</b>		<b>1.382.308</b>	<b>1.594.622</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b>1.794.270</b>	<b>1.948.507</b>

Conselho de Administração





Técnico Oficial de Contas

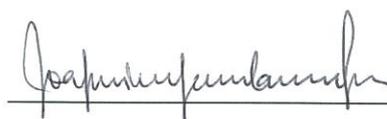


**Águas do Lena, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA**  
 Período findo em 31 de Dezembro de 2014

	Notas	31-12-2014	Quantias em Euros 31-12-2013
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e Serviços Prestados	10	1.018.486	1.057.377
Trabalhos para a Própria Entidade	15.9	20.754	28.796
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(162.858)	(171.884)
Fornecimentos e Serviços Externos	15.3	(465.551)	(481.615)
Gastos com o Pessoal	14	(210.077)	(209.823)
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	13.1	(322)	1.265
Provisões (Aumentos/Reduções)	11	4.150	6.074
Outros Rendimentos e Ganhos	15.4	14.199	7.488
Outros Gastos e Perdas	15.5	(22.245)	(24.361)
<b>Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos</b>		<b>196.536</b>	<b>213.318</b>
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	15.6	(93.227)	(89.563)
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)</b>		<b>103.309</b>	<b>123.756</b>
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	15.7	28.799	2.577
Juros e Gastos Similares Suportados	15.8	(65.750)	(96.608)
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>66.358</b>	<b>29.724</b>
Impostos sobre o Rendimento do Período	12	(8.281)	(5.285)
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>58.077</b>	<b>24.439</b>

Conselho de Administração





Técnico Oficial de Contas





	Capital Realizado	Outros Instrumentos de Capital Próprio	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	Total de Capital Próprio
<b>1</b>	625.000	2.568.918	710	(2.865.324)	143	329.447
<b>2</b>			7	136	(143)	7
<b>4</b>			7	136	(143)	(7)
<b>5=3+4</b>						
<b>6</b>						
<b>7=1+2+3+4+6</b>	625.000	2.568.918	717	(2.865.189)	24.439	353.885
<b>7</b>	625.000	2.568.918	717	(2.865.189)	24.439	353.885
<b>8</b>			1.222	23.217	(24.439)	1.222
<b>9</b>			1.222	23.217	(24.439)	(1.222)
<b>10</b>						
<b>11=9+10</b>						
<b>12</b>						
<b>13=7+8+9+10+12</b>	625.000	2.568.918	1.939	(2.841.972)	58.077	411.962

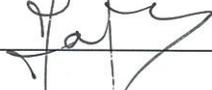
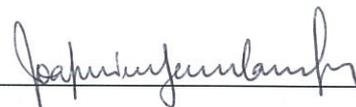
Conselho de Administração

Técnico Oficial de Contas

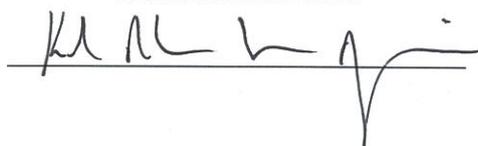
Águas do Lena, S.A.  
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
Período findo em 31 de Dezembro de 2014

	Quantias em Euros	
	31-12-2014	31-12-2013
<b>Fluxo de caixa das Atividades operacionais - método directo</b>		
Recebimentos de Clientes	1.681.501	1.681.504
Pagamentos a Fornecedores	(810.889)	(764.336)
Pagamentos ao Pessoal	(193.186)	(180.001)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>677.425</b>	<b>737.167</b>
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	-	(1.992)
Outros recebimentos / pagamentos	(513.705)	(521.360)
<b>Fluxo de caixa das Atividades operacionais (1)</b>	<b>163.721</b>	<b>213.815</b>
<b>Fluxo de caixa das Atividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos Fixos Tangíveis	(13.880)	(2.565)
Ativos Intangíveis	(15.886)	(73.095)
	<b>(29.766)</b>	<b>(75.660)</b>
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Juros e rendimentos similares	-	-
<b>Fluxo de caixa das Atividades de investimento (2)</b>	<b>(29.766)</b>	<b>(75.660)</b>
<b>Fluxo de caixa das Atividades de financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	-	1.700.000
	-	<b>1.700.000</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Juros e gastos similares	(59.141)	(84.496)
Outras operações de financiamento	(50.000)	(500.000)
	<b>(109.141)</b>	<b>(584.496)</b>
<b>Fluxo de caixa das Atividades de financiamento (3)</b>	<b>(109.141)</b>	<b>1.115.504</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>24.814</b>	<b>1.253.659</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		
Caixa e seus equivalentes no início do período	297.257	(956.402)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	322.071	297.257

Conselho de Administração

Técnico Oficial de Contas



**Águas do Lena, S.A.**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2014**

## ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros  
exceto quando expressamente indicado de outra forma)

### 1. Identificação da Entidade

A Águas do Lena, Sociedade Concessionária do Sistema de Abastecimento de Água do Concelho da Batalha, S.A., é uma sociedade anónima constituída em dezembro de 1996, tendo como objeto social a exploração e gestão do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público do Concelho da Batalha.

A empresa tem a sua sede na Rua Infante Dom Fernando, Lote 10, Batalha, Portugal.

O capital social da Empresa é detido exclusivamente (100%) pela Aquapor – Serviços, S.A., com sede em Lisboa.

#### Atividade Concessionada

Em 24 de janeiro de 1997 foi celebrado o Contrato de Concessão entre a Câmara Municipal da Batalha e a Águas do Lena, S.A., pelo prazo de 15 anos e mediante uma renda total de 2.294.470 Euros. Após a assinatura do Contrato, e durante um período de 60 dias, decorreu o designado “Período de Transição” onde se procedeu ao diagnóstico e reconhecimento do funcionamento dos Serviços Municipais.

O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal) teve início no dia 24 de março de 1997. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas do Lena.

No termo do Contrato, a propriedade de todos os bens, infraestruturas, instalações e equipamentos (com exceção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas utensílios integrados nos Sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado.

No início desta concessão, parte das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente.

De acordo com contrato de concessão, estas infraestruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da

Empresa. A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infraestruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão os seguintes valores: 1º e 2º anos: 498.798 Euros; 3º ano e seguintes: 99.760 Euros, sendo atualizada anualmente pela aplicação do IPC.

Em dezembro de 2010 foi estabelecida, entre a Águas do Lena, S.A. e a Câmara Municipal da Batalha, uma Adenda ao Contrato de Concessão, com um conseqüente acréscimo de 8 anos no Contrato, vigorando este até fevereiro de 2020.

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

As demonstrações financeiras de 2013 e 2014 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis.

## 3. Principais políticas contabilísticas

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação – Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infraestruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infraestruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis. Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas do risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. E desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um

teto no retorno da concessão. Mas que não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um ativo intangível.

Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

### (a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a pretendida, utilizando o método da linha reta.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2014	2013
Edifícios e outras construções	10%	10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% – 33,33%	10% – 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,50%	12,50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do Ativo Fixo Tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contábilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

### Imparidade

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contábilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

## (b) Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta, exceto para os Direitos de Concessão e Outros em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água).

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2014	2013
Direitos de Concessão	15,02%	13,56%
Propriedade industrial	33,33%	33,33%
Outros	15,02%	13,56%

O gasto com amortizações de Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um activo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.



Seguem-se algumas especificidades relativas a alguns dos tipos de Ativos Intangíveis:

### **(b.1) Direitos de Concessão relacionados com a atividade concessionada**

Para os bens (que se materializaram em direitos de utilização de infraestruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão, normalmente fazer-se pelo prazo da concessão.

As amortizações são calculadas pelo método das Unidades de Produção (caudais de água), isto é pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente faturados nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.

### **(c) Ativos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período**

#### **(c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos**

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.



## (c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 23%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,2% sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada máxima de 24,2%. Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 7,5 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja superior a 7,5 e inferior a 35 milhões e uma taxa de 7% acima destes montante, o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 27,2% e os 31,20%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras.

## (d) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição <sup>(*)</sup>	Custo médio

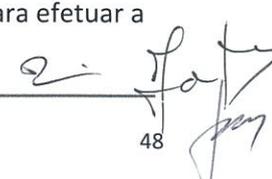
<sup>(\*)</sup> - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a





venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

### (e) Ativos Financeiros

Os Ativos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os Ativos Financeiros são valorizados ao custo líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a empresa avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

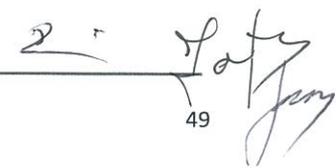
A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar -se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros.





### (e.1) Acionistas/Sócios

Os empréstimos a acionistas encontram-se valorizados ao custo menos imparidade determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

### (e.2) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea m) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

### (e.3) Outras Contas a Receber

As outras contas a receber incluem:

- Devedores por acréscimos de rendimentos;
- Outros devedores;

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade:

A imparidade, em ambos os casos é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

### (e.4) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço.

### (f) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

## (g) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

## (h) Rubricas dos Capitais Próprios

### (h.1) Capital Realizado

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

### (h.2) Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

## (i) Provisões

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustados.

Seguem-se algumas especificidades relativas às Provisões:

### (i.1) Provisões para investimentos de substituição

Esta rubrica inclui uma provisão para investimentos de substituição. A empresa, vai reconhecendo nas suas contas, o montante a utilizar no futuro, para a reparação e reposição em bom estado de todos os seus equipamentos.



## (j) Outros Passivos Financeiros

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

### (j.1) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo.

### (j.2) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

### (j.3) Outras Contas a Pagar

As outras contas a pagar encontram-se valorizadas ao custo e incluem:

- Fornecedores de investimento;
- Credores por acréscimos de gastos; e
- Outros credores

## (l) Efeito das alterações das taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

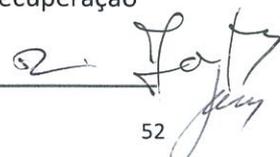
## (m) Vendas e Prestações de Serviço

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidas.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação





tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Vendas e Prestações de Serviços.

### (m.1) Vendas

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

### (m.2) Prestações de Serviços

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transacção pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Empresa;
- A fase de acabamento da transacção à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

### (n) Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

#### (n.1) Férias e Subsídio de Férias

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.



## (n.2) Benefícios de Cessação de Emprego

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano inclua, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.

## (o) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados com empréstimos mensurados ao custo.

## (p) Ativos e Passivos Contingentes

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.



Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,
- ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
    - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
    - 
    - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

### (q) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

## 3.1 Juízos de valor

### (a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

### (b) Impostos Diferidos Ativos

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.



Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

### 3.2 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos fatos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

#### (a) Imparidade de Ativos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental
- Inflação no preço das matérias-primas
- Margem bruta
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.



### (b) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

### (c) Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

## 4. Fluxos de Caixa

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2014	2013
Caixa	400	400
Depósitos à Ordem	182.671	296.857
Depósitos a Prazo	139.000	-
	<b>322.071</b>	<b>297.257</b>

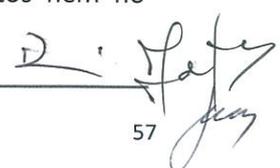
O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa constante da Demonstração de Fluxos de Caixa decompõe-se da seguinte forma:

	2014	2013
Caixa	400	400
Depósitos à Ordem	182.671	296.857
Depósitos a Prazo	139.000	-
	<b>322.071</b>	<b>297.257</b>

## 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.



Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

## 6. Partes Relacionadas:

As entidades relacionadas da Empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
<i>Aquapor Serviços</i>	Gestão de Participações	Lisboa
<i>Luságua Alcanena</i>	Distribuição de Água	Município de Alcanena
<i>Luságua Ambiente</i>	Tratamento de Águas Residuais	Prest. Serviços em vários locais do Continente

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas do Lena, S.A. correspondente a 100% do capital.

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Parte relacionada	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que a Águas do Lena presta / Transações que faz	Serviços que a Águas do Lena recebe / Transações que recebe
<i>Aquapor Serviços</i>	-	Assistência técnica, aluguer de equipamento, honorários de administrativos e apoio comercial.
<i>Luságua Alcanena</i>	-	Ocupação de espaço
<i>Luságua Ambiente</i>	-	Análises de Laboratório e trabalhos de manutenção.

A quantia das transações e os saldos pendentes com as partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviço	Compras de Serviços	Compras de Bens	Contas a Receber	Contas a pagar	Acionistas
<i>Aquapor Serviços</i>	2014	30.575	135.576	-	2.550	18.601	500.000
	2013	2.259	137.297	-	2.259	17.552	500.000
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	2014	-	22.642	-	-	1.252	-
	2013	-	15.064	17.940	-	1.486	-
<i>Luságua Alcanena</i>	2014	-	21.515	-	-	6.152	-
	2013	-	32.849	1.268	-	15.314	-

As remunerações do pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2014	2013
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	31.278	31.427
Total de remunerações	31.278	31.427

## 7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Direito de Utilização	Propriedade Industrial	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
<b>Custo:</b>					
<b>1 de Janeiro de 2013</b>	3.253.576	294	64.864	9.531	3.328.265
Aumentos	46.604	-	2.761	57.175	106.540
Abates	(8.831)	-	-	-	(8.831)
<b>31 de Dezembro de 2013</b>	3.291.349	294	67.625	66.706	3.425.973
Aumentos	55.649	-	-	12.916	68.565
Transferências	-	-	-	-	-
Abates	(14.784)	-	-	-	(14.784)
<b>31 de Dezembro de 2014</b>	<b>3.332.214</b>	<b>294</b>	<b>67.625</b>	<b>79.622</b>	<b>3.479.754</b>
<b>Amortizações e Imparidade:</b>					
<b>1 de Janeiro de 2013</b>	2.667.445	294	50.280	-	2.718.019
Amortizações	76.922	-	5.841	-	82.763
Abates	(2.732)	-	-	-	(2.732)
<b>31 de Dezembro de 2013</b>	2.741.635	294	56.121	-	2.798.050
Amortizações	82.309	-	1.728	-	84.037
Abates	(6.817)	-	-	-	(6.817)
<b>31 de Dezembro de 2014</b>	<b>2.817.127</b>	<b>294</b>	<b>57.849</b>	<b>-</b>	<b>2.875.270</b>
<b>Valor líquido contabilístico:</b>					
A 31 de Dezembro de 2014	<b>515.087</b>	-	<b>9.776</b>	<b>79.622</b>	<b>604.482</b>
A 31 de Dezembro de 2013	<b>549.714</b>	-	<b>11.504</b>	<b>66.706</b>	<b>627.922</b>
A 1 de Janeiro de 2013	<b>586.131</b>	-	<b>14.584</b>	<b>9.531</b>	<b>610.246</b>

Parte do saldo da rubrica 'Ativo Intangível – Direitos de Concessão' é referente ao Direito de Concessão detido pela empresa e tem como contrapartida a rubrica 'Outros Credores – Câmara Municipal da Batalha'.



## 8. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período são as seguintes:

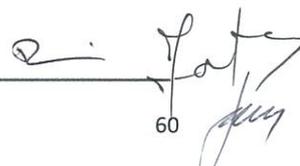
	Edifícios e outras construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Ativos Tangíveis em curso	Total Ativos Tangíveis
<b>Custo:</b>							
<b>1 de Janeiro de 2013</b>	19.525	76.984	23.836	89.047	8.613	-	218.005
Aumentos	-	1.268	-	957	-	15.390	17.616
Abates	-	-	-	(364)	-	-	(364)
<b>31 de Dezembro de 2013</b>	19.525	78.252	23.836	89.640	8.613	15.390	235.257
Aumentos	-	-	10.016	-	500	-	10.516
<b>31 de Dezembro de 2014</b>	<b>19.525</b>	<b>78.252</b>	<b>33.852</b>	<b>89.640</b>	<b>9.113</b>	<b>15.390</b>	<b>245.772</b>
<b>Amortizações e Imparidade:</b>							
<b>1 de Janeiro de 2013</b>	19.525	72.476	23.161	76.298	8.236	-	199.696
Amortizações	-	798	324	5.533	145	-	6.800
Abates	-	-	-	(364)	-	-	(364)
<b>31 de Dezembro de 2013</b>	19.525	73.274	23.485	81.467	8.381	-	206.132
Amortizações	-	971	2.394	5.592	234	-	9.191
<b>31 de Dezembro de 2014</b>	<b>19.525</b>	<b>74.245</b>	<b>25.879</b>	<b>87.059</b>	<b>8.615</b>		<b>215.323</b>
<b>Valor líquido contabilístico:</b>							
A 31 de Dezembro de 2014	-	<b>4.007</b>	<b>7.973</b>	<b>2.581</b>	<b>498</b>	<b>15.390</b>	<b>30.453</b>
A 31 de Dezembro de 2013	-	<b>4.978</b>	<b>351</b>	<b>8.173</b>	<b>232</b>	<b>15.390</b>	<b>29.126</b>
A 1 de Janeiro de 2013	-	<b>4.508</b>	<b>675</b>	<b>12.749</b>	<b>377</b>	-	<b>18.309</b>

Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2014	2013
4 contratos de aluguer de viaturas	5.322	15.666
	<b>5.322</b>	<b>15.666</b>

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2014	2013
	Valor Presente	Valor Presente
Não mais de um ano	5.322	10.360
Mais de um ano e não mais de cinco anos	-	5.306
<b>Total dos Pagamentos</b>	<b>5.322</b>	<b>15.666</b>





## 9. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2014	2013
Matérias primas, Subs. e de Consumo	30.475	37.310
	<b>30.475</b>	<b>37.310</b>

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se no quadro seguinte:

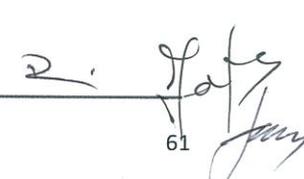
### Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências em 1 de Janeiro de 2013	41.417
Compras	168.057
Regularização de inventários	(281)
Existências em 31 de Dezembro de 2013	(37.310)
	<b>171.884</b>
Existências em 1 de Janeiro de 2014	37.310
Compras	156.288
Regularização de inventários	(265)
Existências em 31 de Dezembro de 2014	(30.475)
	<b>162.858</b>

## 10. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2014	2013
Vendas		
Produtos Acabados e Intermédios		
Água	641.177	704.077
Quota Serviço Água	310.473	295.131
	<b>951.650</b>	<b>999.208</b>
Prestações de Serviços		
Serviços		
Abertura Água	14.848	14.378
Abertura Ramais Água	15.534	9.271
Outros	36.454	34.521
	<b>66.836</b>	<b>58.170</b>
	<b>1.018.486</b>	<b>1.057.377</b>



A rubrica 'Outros' de Prestações de Serviços engloba Reparações Domiciliárias, Conservação de Contadores / Ramais de Água, Diversos e Outros Serviços.

O valor das vendas e prestações de serviços são referentes ao mercado interno.

## 11. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

O movimento ocorrido nas provisões, por cada natureza de provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimento de Substituição
A 1 de Janeiro de 2013	19.581
Reversões do ano	(6.074)
Ajustamento temporal	2.096
A 31 de Dezembro de 2014	<b>15.603</b>
A 1 de Janeiro de 2014	15.603
Reversões do ano	(4.150)
Ajustamento temporal	1.362
A 31 de Dezembro de 2014	<b>12.815</b>

Esta rubrica inclui uma provisão para investimentos de substituição. A empresa vai reconhecendo nas suas contas o montante a utilizar no futuro, para a reparação e reposição em bom estado de todos os seus equipamentos. Os montantes são atualizados anualmente pelo IPC.

## 12. Imposto sobre o Rendimento

O Gasto (rendimento) por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2014	2013
Imposto Corrente		
IRC do ano	6.346	3.349
	6.346	3.349
Imposto Diferido		
Originados e objeto de reversão por diferenças temporárias	1.452	1.452
Outros movimentos	484	484
	1.936	1.936
	<b>8.282</b>	<b>5.285</b>

Não foram reconhecidos no ano qualquer ajustamentos de impostos correntes de exercícios anteriores.

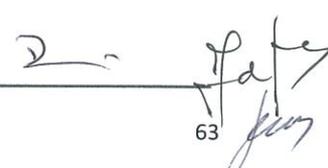


Não houve lançamento de novos impostos e apesar da taxa de IRC ter descido para os 23%, o mesmo não se refletiu na quantia de gastos por impostos diferidos pelo facto deste montante ser a última parcela de imposto a bater, resultante dos impactos contabilísticos da transição para o SNC.

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:

	Base de imposto		Taxa de imposto	
	2014	2013	2014	2013
Resultado antes de impostos	66.356	29.724		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	24,5%	26,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	16.257	7.877	26,50%	26,50%
Variações patrimoniais positivas	406.624	406.624		
Variações patrimoniais negativas	408.517	408.517		
Menos Valias Fiscais	6.618	3.187		
Reversão de provisões tributadas em anos anteriores	4.150	6.074		
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais	10.768	9.261	(4,30%)	(8,26%)
Prémios de Seguros e contribuições				
Multas, coimas e juros compensatórios	-	67		
Menos Valias Contabilísticas	6.618	2.952		
Provisões para além limites legais	3.091	7.469		
Correções nos casos de crédito de imposto e retenção na fonte	988	371		
Impostos e outros encargos que incidam sobre terceiros	6.417	3.740		
	17.114	14.598	-6,83%	-13,01%
Lucro tributável	68.811	33.169		
Prejuízos Fiscais deduzidos	48.168	24.876		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	24,00%	26,20%		
Imposto calculado	4.954	2.073	7,47%	6,97%
Tributação autónoma	772	878	1,16%	2,95%
Derrama	826	398	1,24%	
Efeito do aumento / reversão de impostos diferidos	1.936	1.936	2,92%	6,51%
	3.534	3.212	5,33%	9,47%
Imposto sobre o rendimento	<b>8.281</b>	<b>5.285</b>	<b>12,79%</b>	<b>16,44%</b>

As quantias de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período são as indicadas no quadro seguinte:





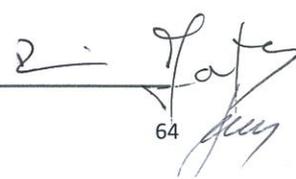
	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados	
	2014	2013	2014	2013
<b>Impostos Diferidos Ativos</b>				
Ajustamentos de transição para o SNC				
Desreconhecimento da Integração Património e Bens Adquiridos e respetivas amortizações via DC4	-	19.402	(19.402)	(19.402)
Reconhecimento do Direito de Concessão	-	132.598	(132.598)	(132.598)
Reconhecimento do Investimento de Substituição	-	1.457	(1.456)	(1.456)
	-	<b>153.456</b>	<b>(153.457)</b>	<b>(153.457)</b>
<b>Impostos Diferidos Passivos</b>				
Ajustamentos de transição para o SNC				
Desreconhecimento do subsídio	-	50.070	(50.069)	(50.069)
Desreconhecimento da renda já entregue à concedente	-	101.452	(101.451)	(101.451)
	-	<b>151.520</b>	<b>(151.521)</b>	<b>(151.521)</b>
			<b>(1.936)</b>	<b>(1.936)</b>

Finalizou-se em 2014 o reconhecimento de Impostos Diferidos pelos ajustamentos de transição do POC para o SNC.

### 13. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Instrumentos Financeiros Ativos		2014	2013
Corrente			
Cientes			
Custo		260.348	257.967
Imparidade		(55.187)	(54.864)
		<b>205.161</b>	<b>203.103</b>
Acionistas		500.000	500.000
Outras contas a receber		51.504	51.924
		<b>756.665</b>	<b>755.027</b>
Instrumentos Financeiros Passivos		2014	2013
Não corrente			
Financiamentos obtidos		750.000	916.667
Outras contas a pagar		5.415	6.485
		<b>755.415</b>	<b>923.152</b>
Corrente			
Fornecedores			
Gerais		96.388	109.301
Partes Relacionadas		26.005	34.352
Faturas em receção e conferência		15.068	9.535
		<b>137.461</b>	<b>153.189</b>
Financiamentos obtidos			
Descobertos bancários		-	-
Financiamentos obtidos		200.000	83.333
Outras contas a pagar		251.022	250.757
		<b>588.483</b>	<b>487.279</b>



### 13.1 Clientes

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida				
			< 60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	121-180 Dias	> 180 Dias
Ano 2014	260.348	167.099	86.875	6.280	(48.133)	15.586	32.641
Ano 2013	257.967	185.017	25.674	9.284	(2.148)	5.347	34.793

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço do Ano	Reversões	Saldo Final
Exercício de 2014				
Clientes	54.864	1.525	(1.202)	55.187
	<b>54.864</b>	<b>1.525</b>	<b>(1.202)</b>	<b>55.187</b>
Exercício de 2013				
Clientes	56.129	2.297	(3.561)	54.864
	<b>56.129</b>	<b>2.297</b>	<b>(3.561)</b>	<b>54.864</b>

### 13.2 Outras contas a receber

O saldo de Outras Contas a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros Depósitos à Ordem	133	2.259
Venda de Água	43.915	42.169
Outros	79	-
Outros devedores		
Outros	7.377	7.496
	<b>51.504</b>	<b>51.924</b>

### 13.3 Outras contas a pagar

O saldo de Outras Contas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:



	2014	2013
Outras contas a pagar - não corrente		
Outros credores		
CM Batalha - Renda Concessão	5.415	6.485
	<b>5.415</b>	<b>6.485</b>
Outras contas a pagar - corrente		
Fornecedores de investimento	-	2.737
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	24.868	24.747
Seguros	-	-
Juros Encargos Liquidar	9.132	9.919
Electricidade	6.802	9.930
Compra de Água	2.182	2.182
Diversos	5.645	6.202
Outros credores		
CM Batalha tarifas de saneamento	110.379	105.757
CM Batalha resíduos	55.112	51.300
CM Batalha - renda Concessão	1.083	2.162
Outros	35.819	35.819
	<b>251.022</b>	<b>250.757</b>

### 13.4 Capital

As quantias do capital social nominal e do capital social por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

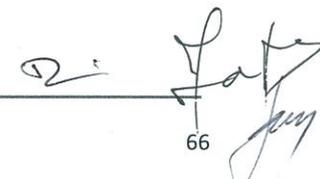
	2014	2013
Capital social nominal emitido		
Capital social nominal emitido e realizado		
Aquapor - Serviços S.A.	625.000	625.000
	625.000	625.000
Capital por realizar	-	-

O capital social emitido é composto por 125.000 acções com um valor nominal de 5 Euros cada.

### 13.5 Outros Instrumentos de Capital Próprio

Os Outros Instrumentos de Capital Próprio respeitam a prestações suplementares, como se segue:

	2014	2013
Outros instrumentos de capital próprio		
Prestações Suplementares	2.568.918	2.568.918
	<b>2.568.918</b>	<b>2.568.918</b>



### 13.6 Compromissos Financeiros não incluídos no Balanço

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2014:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
98/189/50466	BPI	2.500	Galp frota	Petrogal	Combustíveis
9140.000723.782.0019	CGD	608	Energia	Cenel	Fornecimento de energia
9140.001409.882.0019	CGD	428.966	CMB	Câmara Municipal da Batalha	Renda Concessão

A empresa tem ainda subjacente ao seu Contrato de Financiamento Mútuo com a Caixa Geral de Depósitos uma Garantia de 500.000 euros em que as entidades garantes são a Lisgarante, Norgarante e Garval

### 13.7 Financiamentos

Os financiamentos não correntes e correntes discriminam-se como se segue:

	Taxa Juros Efetiva	Maturidade	2014	2013
<b>Não correntes</b>				
Empréstimos bancários				
Caixa Geral de Depósitos	5,38%	08-09-2013 a 08-07-2019	750.000	916.667
			<b>750.000</b>	<b>916.667</b>
<b>Correntes</b>				
Empréstimos bancários				
Caixa Geral de Depósitos	5,38%	08-09-2013 a 08-07-2019	200.000	83.333
			<b>200.000</b>	<b>83.333</b>

### 13.8 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros susceptíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
  - ▶ Risco de taxa de juro
  - ▶ Risco de taxa de câmbio



- ▶ Outros riscos de preço
  - Risco de crédito
  - Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direcção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

#### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro é diminuta, uma vez que não tem contratados empréstimos bancários. A Empresa utiliza apenas um descoberto bancário para fazer face às dificuldades de tesouraria.

No entanto, consideramos que face aos montantes envolvidos, os possíveis impactos são imateriais.

#### Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.



## Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – Clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar;

## 14. Gastos com Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2014	2013
Remunerações dos Órgãos Sociais		
Remunerações do Pessoal	163.934	165.263
Encargos sobre Remunerações	34.075	35.108
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	912	876
Gastos de ação social	7.705	6.674
Outros gastos com o Pessoal	3.452	1.902
	<b>210.077</b>	<b>209.823</b>

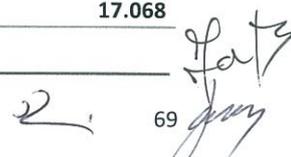
Durante o ano de 2014 o número médio de empregados ao serviço da Empresa foi de 13 (2013: 13 pessoas).

## 15. Outras Informações

### 15.1 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Saldo a Receber		
Imposto sobre o rendimento		
Retenções Imposto sobre Rendimento	-	2
IVA	43.073	48.406
Outros Impostos	7.051	
	<b>50.124</b>	<b>48.408</b>
Saldo a Pagar		
Imposto sobre o rendimento	9.556	3.349
Retenções Imposto sobre Rendimento	1.733	1.012
Contribuição para a Segurança Social	4.274	3.472
Outras Tributações	10.030	9.235
	<b>25.594</b>	<b>17.068</b>





## 15.2 Reservas e Resultados

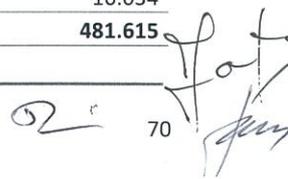
A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Reservas Legais	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de Janeiro de 2013	710	(2.865.324)	143	(2.864.470)
Constituição da Reserva legal	710	-	-	710
Remanescente da aplicação de Resultados	7	136	(143)	-
Resultado do ano	-	-	24.439	24.439
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>717</b>	<b>(2.865.188)</b>	<b>24.439</b>	<b>(2.840.032)</b>
Saldo em 1 de Janeiro de 2014	717	(2.865.188)	24.439	(2.840.032)
Aplicação de resultados	1.222	23.217	(24.439)	-
Resultado do ano	-	-	58.077	58.077
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>1.939</b>	<b>(2.841.972)</b>	<b>58.077</b>	<b>(2.781.955)</b>

## 15.3 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Subcontratos	22.454	23.346
Serviços especializados		
Trabalhos especializados	149.692	145.581
Vigilância e segurança	1.795	2.026
Honorários	3.079	8.706
Comissões	747	874
Conservação e reparação	59.043	49.440
Outros	571	693
Material		
Ferramentas e utensílios	8	212
Material de escritório	1.509	3.024
Energia e fluídos		
Eletricidade	83.228	112.813
Combustíveis	14.341	13.565
Água	-	472
Outros Fluidos	7.357	6.990
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	254	916
Transportes de Mercadorias	97	51
Serviços diversos		
Rendas e alugueres	30.289	35.539
Comunicação	46.895	46.849
Seguros	7.791	7.079
Contencioso e notariado	7.002	3.928
Despesas de representação	24	6
Limpeza, higiene e conforto	3.343	3.471
Outros	26.033	16.034
	<b>465.551</b>	<b>481.615</b>





## 15.4 Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica Outros Rendimentos e Ganhos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Rendimentos Suplementares		
TRH	4.741	-
Outros	9.119	4.853
Recuperação de dívidas a receber	-	38
Outros não especificados	339	2.597
	<b>14.198</b>	<b>7.488</b>

## 15.5 Outros Gastos e Perdas

A rubrica Outros Gastos e Perdas decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Impostos	12.559	20.288
Dívidas incobráveis	988	-
Perdas em Inventários	265	281
Gastos e Perdas em Investimentos Não Financeiros		
Abates	7.968	2.952
Outros		
Outros Não Especificados	465	840
	<b>22.245</b>	<b>24.361</b>

## 15.6 Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização

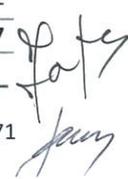
A rubrica Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Gastos de depreciação e de amortização		
Ativos Fixos Tangíveis	9.191	6.799
Ativos Intangíveis	84.037	82.763
	<b>93.228</b>	<b>89.563</b>

## 15.7 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

A rubrica Juros e Rendimentos Similares Obtidos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Juros Obtidos		
De Depósitos	275	7
De Financiamentos concedidos	28.375	2.259
Atraso de pagamento de clientes	-	311
Outros Rendimentos Similares	149	-
	<b>28.799</b>	<b>2.577</b>





## 15.8 Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica Juros e Gastos Similares Suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Juros Suportados		
Empréstimos Bancários	56.107	68.332
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Serviços Bancários	2.809	20.035
Comissões Garantias	5.472	5.472
Renda ao concedente	-	238
Outros	1.362	2.531
	<b>65.750</b>	<b>96.608</b>

## 15.9 Trabalhos para a Própria Empresa

A rubrica Trabalhos para a Própria Empresa decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Trabalhos para a Própria Empresa		
Ativos Intangíveis	20.754	28.796
	<b>20.754</b>	<b>28.796</b>

## 16. Aspetos Ambientais

Em 2014 a sociedade não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.

Em 2014 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

## 17. Acontecimentos após a data do Balanço

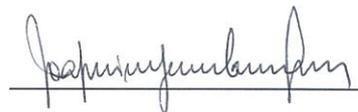
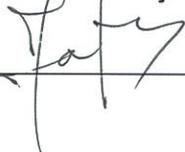
A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 27 de março de 2015. Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo conselho de Administração. Desde 31 de dezembro de 2014 e até essa data não ocorreram quaisquer factos que não estejam já ajustados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras.

## 18. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

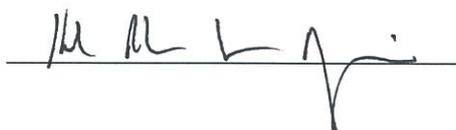
Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no n.º2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2013, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;
- c) Na Nota 1 deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º e 448º do CSC;
- d) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2014, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2015, nos prazos legais.

Conselho de Administração



Técnico Oficial de Contas





## Certificação Legal das Contas

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Águas do Lena, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total de 1.794.270 Euros e um total de capital próprio de 411.962 Euros, incluindo um resultado líquido de 58.077 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **Opinião**

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Águas do Lena, S.A., em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

#### **Relato sobre outros requisitos legais**

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 31 de Março de 2015

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)  
Representada por:



Paulo Jorge Luís da Silva (ROC nº 1334)

## Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Águas do Lena, S.A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da Empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Empresa;
- Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos accionistas e dos colaboradores da Empresa;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

### Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

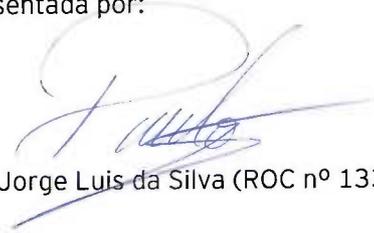
Procedemos à acção de fiscalização da Águas do Lena, S.A. nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 31 de Dezembro de 2014 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos accionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 31 de Dezembro de 2014 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 31 de Dezembro de 2014, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 31 de Março de 2015

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)  
Representada por:



Paulo Jorge Luis da Silva (ROC nº 1334)